

PMAI

PROGRAMA MUNICIPAL
PARA ATRAÇÃO
DE INVESTIMENTOS



*Ponta
Grossa*



A Agência Paraná de Desenvolvimento é um importante instrumento de apoio a empresas locais e novos investimentos, acompanhando todas as fases do projeto com serviços de classe mundial.

A Agência atua como ponte entre governo e iniciativa privada, auxiliando no levantamento de dados, fornecimento de informações e tomada de decisões estratégicas. Para garantir a segurança do investidor e melhorar o ambiente de negócios em cada cidade do Paraná, foi criado o Programa Municipal de Atração de Investimentos (PMAI), que trabalha em conjunto com as prefeituras.

Presidente | Adalberto D. Bueno Netto

Diretoria Executiva | Paulo A. Morva Martins

Gerência Técnica | Jean Carlos Alberini

Autoria | Jean Carlos Alberini

Organização e Revisão | Maria Cecilia Flores Cordeiro

Equipe Técnica | Isabela Garcia
| Onildo Benvenho
| Bruno Casagrande
| Vitor Pestena Ostrensky

© 2017 by Jean Carlos Alberini | Todos os direitos reservados

Projeto Gráfico | Letradê Comunicação e Design

Diagramação | Henrique Lopes Ribeiro
| Mark Lenz Negrão

www.apdbrasil.org.br

1ª Impressão - 2018

Sumário

Lista de tabelas	5
Lista de figuras	5
Lista de gráficos	6
Introdução	8
Contexto teórico	8



1. Apresentação técnica do PMAI

1.1 Apresentação	12
1.2 Visão geral	12
1.3 Objetivo	12
1.4 Oportunidade	13
1.5 Nossa proposta	13
1.6 Resultados esperados	16

2. Análise de localização

2.1 Perfil geral	18
2.2 Localização	18

3. Diagnóstico socioeconômico do município de Ponta Grossa

3.1 Dados socioeconômicos do município em Ponta Grossa	22
3.2 Demografia	29
3.1.3 Perfil do mercado de trabalho	34

4. Estrutura econômica e produtiva de Ponta Grossa

4.1 Evolução e composição do PIB em Ponta Grossa	45
4.2 Avaliação da dinâmica do investimento direto estrangeiro regional	48
4.3 Indicadores de especialização produtiva da região de Ponta Grossa	49
4.3.1 QL na indústria	49
4.3.2 QL no comércio	50
4.3.3 QL nos serviços	50
4.4 Avaliação do índice de complexidade econômica do município	51
4.4.1 Plataforma tecnológica para estudo do desenvolvimento local	51
4.4.2 Avaliação do nível de complexidade da economia de Ponta Grossa	52

5. Resultado da análise de percepção realizada no município

5.1 Condições de infraestrutura	58
5.2 Base empresarial	59
5.3 Clima de investimentos	60
5.4 Mercado	61
5.5 Estrutura urbana	62
5.6 Condição social	63
5.7 Base educacional	64
5.8 Condições de relação do trabalho	65
5.9 Sistema de ciência e tecnologia	66
5.10 Meio ambiente	67
5.11 Ambiente institucional	68

6. Resultado do seminário de Ponta Grossa

6.1 Árvore de problemas	70
6.2 Matriz do marco lógico	72
6.3 Mapa estratégico PMAI Ponta Grossa	74

7. Considerações finais

75

8. Referências bibliográficas

77

Lista de tabelas

1. PIB a preços correntes e PIB per capita dos municípios da região de Ponta Grossa
2. PIB a preços correntes, PIB per capita e razão sobre a média da região dos 10 municípios com maior produto interno bruto do Paraná
3. Indicadores dos municípios brasileiros comparáveis a Ponta Grossa
4. Valor adicionado bruto por setor produtivo
5. Faixa de população por municípios do estado do Paraná
6. População residente em Ponta Grossa, segundo percentual de grupos de idade
7. População residente em Ponta Grossa, segundo percentual de gênero e situação do domicílio
8. Remuneração média individual dos municípios da região de Ponta Grossa
9. Remuneração média de acordo com a atividade profissional em Ponta Grossa
10. Remuneração média de acordo com o setor da indústria de transformação em Ponta Grossa
11. Percentual de participação no PIB dos setores econômicos de Ponta Grossa
12. Percentual de participação no PIB dos setores econômicos dos municípios da microrregião de Ponta Grossa
13. Percentual de participação no PIB dos setores econômicos de Ponta Grossa
14. Investimento estrangeiro direto em Ponta Grossa
15. Concentração locacional da indústria de Ponta Grossa
16. Concentração locacional do comércio de Ponta Grossa
17. Concentração locacional do setor de serviços em Ponta Grossa
18. Grandes temas para análise de percepção
19. Matriz SWOT de Ponta Grossa
20. Matriz do Marco Lógico

Lista de figuras

1. Detalhamento das fases do projeto 1
2. Detalhamento das fases do projeto 2
3. Mapa da Região de Ponta Grossa
4. Processo do círculo vicioso da pobreza
5. Espaço do comércio internacional
6. Espaço do mercado de trabalho
7. Espaço do nível educacional
8. Espaço das oportunidades econômicas
9. Árvore de problemas
10. Mapa estratégico do PMAI Ponta Grossa

Lista de gráficos

1. Coeficiente de GINI de Ponta Grossa, 1991-2000-2010
2. Coeficiente de GINI municipal da região de Ponta Grossa
3. Maiores índices de desenvolvimento humano municipal do Paraná
4. Evolução do índice de desenvolvimento humano municipal de Ponta Grossa
5. Percentual de habitantes por município do Paraná
6. Municípios com população entre 100.000 e 500.000 habitantes no Paraná
7. Origem da população residente em Ponta Grossa
8. Evolução demográfica do município de Ponta Grossa
9. Variação do salário nominal de Ponta Grossa e do Paraná
10. Nível de rendimento por faixa salarial em Ponta Grossa
11. Nível de rendimento por faixa salarial no Paraná
12. Alocação da mão de obra em Ponta Grossa
13. Remuneração média por atividade econômica em Ponta Grossa
14. Remuneração média da indústria de transformação no Paraná
15. Remuneração média da indústria de transformação em Ponta Grossa
16. Evolução do PIB em Ponta Grossa
17. Avaliação da dinâmica econômica de Ponta Grossa
18. Investimento direto estrangeiro por países
19. Condições de infraestrutura
20. Base empresarial
21. Clima de investimentos
22. Mercado
23. Estrutura urbana
24. Condição social
25. Base educacional
26. Condições e relações do trabalho
27. Sistema de ciência e tecnologia
28. Meio ambiente
29. Ambiente institucional
30. Média geral do grau de atratividade

PMAI

PROGRAMA MUNICIPAL
PARA ATRAÇÃO
DE INVESTIMENTOS



7

*Ponta
Grossa*

INTRODUÇÃO

Este trabalho, executado pela Agência Paraná de Desenvolvimento, contém o estudo locacional do município de Ponta Grossa - Paraná, e se destina à atração de investimentos empresariais para o município, tendo em vista os interesses da ACIPG (Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa) e Prefeitura Municipal de Ponta Grossa

O Programa Municipal de Atração de Investimentos – PMAI, visa o alinhamento de estratégias que permitam ao município - juntamente com a Agência Paraná de Desenvolvimento – realizar prospecção de negócios a médio e longo prazo para promoção do desenvolvimento local e, para isto, utiliza-se de metodologia de ação desenvolvida exclusivamente para este fim.

Por meio da metodologia do PMAI, é possível realizar uma análise abrangente das condições presentes no município, identificando suas vantagens e seus desafios para a atração de investimentos. O PMAI tem como objetivos principais:

- Criar condições internas para atração do investimento;
- Avaliar quais são as dotações internas de fatores (mão de obra, infraestrutura e áreas) dentro da região do município;
- Mensurar indicadores que classifiquem os municípios em grau de atratividade;
- Desenvolver estratégias de divulgação do município (marketing);
- Reunir as lideranças locais para definição de estratégias de ação para os problemas levantados.

Em suma, o objetivo é preparar os municípios para o recebimento de novos investimentos, além de criar projetos de prospecção para atração de empresas consideradas chave para impulsionar o crescimento da região.

CONTEXTO TEÓRICO

Muitas são as opiniões e conceitos acerca dos processos de desenvolvimento e crescimento econômico. Desenvolvimento dentro do contexto de melhoria de vida das pessoas torna-se um tema complexo ainda muito discutível, principalmente sob o ponto de vista de sua mensuração. Este trabalho procura refletir sobre o desenvolvimento regional sob uma ótica pragmática, atuando no “como” e não no “porquê”. Atuar no “porquê” nos levaria a refletir sobre a questão do desenvolvimento econômico considerando suas raízes teóricas e empíricas, originadas na maior parte dos casos de crises econômicas do sistema capitalista. Este exercício nos levaria a caminhos infundáveis, sem necessariamente chegar a uma solução aplicável na esfera de abrangência a que este programa se propõe.

Este trabalho atua diretamente na esfera municipal, levando em consideração seus recursos, limitações e dimensões e, também, considerando o escopo de atuação da Agência Paraná de Desenvolvimento, que é o de gerar desenvolvimento econômico por meio da atração de investimentos produtivos, aproveitando suas externalidades positivas junto às localidades. Hoje, o Estado do Paraná apresenta um quadro singular por conta das estratégias existentes de desenvolvimento econômico estadual. Não há uma visão completa e atualizada do nosso quadro de desenvolvimento. As universidades têm promovido esforços para trabalhar esta questão, porém o ente articulador e orientador do processo de desenvolvimento - que é o Estado - está ainda tomando dimensão do seu papel como formulador de políticas públicas. O processo de desenvolvimento é uma questão estratégica, que exige planejamento, que leva à convergência de ações e que pode nos levar a resultados concretos.

Dentro de uma visão mais liberal e aplicável do ponto de vista pragmático, este trabalho diverge em partes da linha adotada pela Cepal¹, a qual atribui o desenvolvimento à assimetria das relações internacionais e às causas bloqueadoras internas, como concentração da propriedade e da renda. A linha adotada neste trabalho segue a lógica que considera estes fatores menos relevantes e centram

sua atenção na acumulação do capital e na adoção de inovações tecnológicas. Nesta linha, considera-se que o desenvolvimento deriva: (a) do crescimento industrial acelerado, (b) de transformações estruturais associadas à criação de atividades diretamente produtivas, (c) da implantação de infraestruturas econômicas e sociais, e (d) de combinações mais eficientes dos fatores produtivos. Sob esta ótica, são necessárias estratégias para redução de custos médios, elevação da taxa de lucro e atração de novos investimentos visando à geração de um processo cumulativo de crescimento econômico.

No Brasil, as fortes desigualdades de bem-estar e de desenvolvimento econômico em cada região são de extrema relevância para o entendimento do pacto federativo. Elas exercem grande tensão sobre as relações políticas e tendem a gerar constantes pressões para a ocorrência de uma situação pendular (sem estabilidade) no federalismo brasileiro. Os principais vetores considerados para aceleração do desenvolvimento local são, na maioria das vezes, impulsionados por políticas macroeconômicas exclusivamente de responsabilidade do governo federal, em especial aquelas que afetam o câmbio, variável chave na indústria. No entanto, cada localidade possui ferramentas e meios de ação para a criação de um ambiente de negócios favorável e uma proposta que contribua para criação de instrumentos locais para criar um centro dinâmico de desenvolvimento é perfeitamente possível.

O fator preponderante no papel da dispersão espacial do crescimento está na concepção de indústrias motrizes, que a princípio seriam as responsáveis pela promoção e difusão setorial e espacial. Conforme SOUZA (2012 p. 182), a indústria motriz, líder do complexo de atividades e formadora do polo industrial, apresenta as seguintes características: (a) cresce a uma taxa superior à média da indústria nacional; (b) possui inúmeras ligações de insumo-produto, por meio das compras e vendas de insumos efetuadas em seu meio; (c) apresenta-se como uma atividade inovadora, geralmente de grande dimensão e de estrutura oligopolista; (d) possui grande poder de mercado, influenciando os preços de produtos e dos insumos e, portanto, a taxa de crescimento das atividades satélites a ela ligadas; e (e) produz geralmente para o mercado nacional e internacional. A indústria motriz possui efeitos de encadeamento do ponto de vista da matriz insumo-produto exercendo impulsos motores significativos sobre o crescimento local e regional.

Dentro do conceito de polarização, os fatores internos do crescimento são: a disponibilidade de recursos naturais, humanos, o mercado interno e a estrutura produtiva. Esses fatores atraem as indústrias, que passam a produzir para os mercados local, nacional e internacional. Nesta ótica, a estratégia de desenvolvimento consiste em maximizar as vantagens regionais para as indústrias, criando economias externas passíveis de atrair investimentos externos. Para SOUZA (apud, BOUDEVILLE,

(1) A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi estabelecida pela resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social, de 25 de fevereiro de 1948, e começou a funcionar nesse mesmo ano. Mediante a resolução 1984/67, de 27 de julho de 1984, o Conselho decidiu que a Comissão passaria a se chamar Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. A CEPAL é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e sua sede está em Santiago do Chile. Foi fundada para contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho foi ampliado aos países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social.

2009 p. 57), a polarização não é uma concepção estática, mas dinâmica. A existência da indústria “A” contribui para encorajar a instalação da indústria “B”. Esta, por sua vez, incita o aumento da capacidade de produção de “A” (HIRSCHMAN, 1974, p. 138).

Os efeitos multiplicadores de instalação de indústrias motrizes geram polarizações técnicas onde ocorre a difusão intersetorial dos efeitos de encadeamento vertical e horizontal. Isso se verifica quando as empresas expandem sua produção e investimentos. A importância desses efeitos dependerá da magnitude dos índices de encadeamento, do tamanho das empresas e do próprio polo. No que tange a geração de emprego e renda na economia local, a diversificação industrial, provocada pelos efeitos de encadeamento da produção, gera um segundo momento, o desenvolvimento de indústrias produtoras de bens de consumo final e de atividades de serviço. O ambiente de negócios torna-se mais dinâmico em função da polarização psicológica ou geográfica que ocorre no polo por um processo de imitação. O resultado é a concentração induzida de atividades secundárias, produtoras de bens e serviços, ou seja, ligações técnicas e economias externas. (DAVIN, 1964, p. 67).

A formação de complexos industriais localizados, com no mínimo uma indústria motriz, está no conceito de aglomerações econômicas geradas nos polos urbanos/industriais. As economias de aglomeração explicam por que as atividades motrizes se aglomeram, formando complexos industriais localizados. As pequenas empresas, sobretudo, procuram a proximidade das indústrias motrizes por causa das economias externas de aglomeração territorial e do acesso aos mercados e serviços.

As consequências geradas pela busca de proximidade das empresas junto às empresas motrizes podem ter duas consequências: os efeitos propulsores e os regressivos. Quando os complexos industriais geram efeitos propulsores, há encadeamento da indústria motriz sobre atividades movidas de regiões vizinhas. Quando os complexos industriais geram efeitos regressivos, verifica-se a drenagem de fa-

tores e valores de regiões periféricas para a região central. Portanto, as determinações dos efeitos do polo na região devem ser analisadas buscando-se sempre os efeitos propulsores dos complexos.

O incentivo à criação de polos e formação de complexos industriais visa consolidar a integração econômica regional. A integração econômica resulta em maior integração setorial que, em consequência, aumenta os fluxos comerciais entre os demais setores. Quanto maior a integração do parque produtivo local, menores serão os vazamentos dos efeitos de encadeamento para outras economias. A integração setorial colabora para o fortalecimento espacial, interliga o parque produtivo local e promove a expansão da rede interindustrial pela diversificação do parque produtivo. Para SOUZA (2009 p. 72), a diversificação e o aumento do grau de integração intersetorial acontecem de três maneiras principais: (a) pela implantação de pontos de articulação; (b) pela redução do grau de vulnerabilidade dos complexos; e (c) pela extensão simples das redes de atividades.

O grande desafio da integração econômica regional é a constituição de pontos de articulação, que teriam o papel crucial na redução da vulnerabilidade de um complexo através da implantação ou o desenvolvimento de novos ramos capazes de funcionar como pontos de articulação adicionais. Se o complexo possuir apenas um ponto de articulação, ele será vulnerável. Essas novas ligações permitem a retenção dos efeitos de encadeamento das atividades na própria região, promovendo o crescimento de atividades satélites ligados às atividades-chave, como setores mais tradicionais, a agricultura e os serviços. O aumento das interdependências de uma economia eleva a dimensão do mercado interno, fato que favorece o desenvolvimento regional.



**Apresentação
Técnica do PMAI**

APRESENTAÇÃO

A Agência Paraná de Desenvolvimento é um órgão criado no Governo do Estado do Paraná designada para apoiar o processo de desenvolvimento. Dentre suas principais atribuições, a Agência se ocupa da atração de investimentos, nacionais e estrangeiros, sempre com o objetivo de dinamizar a produção, o desenvolvimento econômico e a geração de renda no Estado.

A atuação da Agência Paraná de Desenvolvimento se divide em dois grandes eixos de atendimento:

(1) Projetos de Desenvolvimento Setorial: são projetos concebidos para impulsionar os setores produtivos prioritários do Paraná, onde se busca a atração de empresas-chave com o objetivo de adensamento das cadeias produtivas. Ainda dentro deste eixo de atuação, a Agência presta o serviço de suporte a empresa que queira se instalar no Estado fornecendo informações estratégicas, colaborando na definição da área e local para implantação e ajudando elucidar os sistemas tributários local e nacional;

(2) Projetos de Desenvolvimento Regional: são projetos de cooperação técnica para elaboração de programas de desenvolvimento econômico para atração de novos investimentos produtivos. Por meio de metodologia especificamente desenvolvida para este trabalho, a Agência Paraná de Desenvolvimento analisa de maneira abrangente as condições presentes no município e, de maneira participativa, identifica os desafios e aponta um plano de ação.

VISÃO GERAL

A Agência Paraná de Desenvolvimento em seu eixo de Projetos de Desenvolvimento Regional utiliza como ferramenta principal o Programa Municipal de Atração de Investimento – PMAI, embasado na teoria dos polos de crescimento de François Perroux. A teoria foi desenvolvida em 1955 tendo como objetivo estudar as fontes internas do crescimento regional, incluindo-se as vantagens locais, a dotação de fatores, a estrutura urbana (economias de aglomeração), o mercado interno e os polos de crescimento.

A proposta central do programa PMAI é atender às necessidades dos municípios e prepará-los para o recebimento de novos investimentos, bem como criar projetos de prospecção de empresas para atração de investimentos produtivos, considerados chave para impulsionar o crescimento do município e sua região. Neste programa, as empresas industriais são consideradas atores principais para o processo de crescimento regional e, sendo assim, o trabalho se concentra em preparar os municípios para atender às questões relacionadas ao processo de escolha de localização do empreendimento pelo empresário.

OBJETIVO

Com base nas justificativas teóricas apresentadas, a utilização do Programa Municipal de Atração de Investimentos – PMAI vai ao encontro da necessidade de preparar o município para receber investimentos advindos de novas empresas. De forma geral, nem todos os municípios – principalmente os de menor porte – têm uma estrutura capaz de atender às necessidades das empresas e dos empresários no que se refere a informações que colaborem para a tomada de decisão sobre o local onde será realizado o investimento. Esta decisão está calcada em análises complexas que levam em consideração muitas variáveis, pois o sucesso do empreendimento depende desta escolha.

Sendo assim, o PMAI, visa atender esta necessidade dos municípios, oferecendo, por meio de avaliações específicas, caminhos que ajudem as cidades no processo de organização de informações para influenciar o processo de escolha do local do investimento. Sob estas premissas o projeto se divide em duas etapas: Diagnóstico e Prospecção, cujos objetivos principais são:

- Criar condições internas para atração do investimento;
- Avaliar quais são as dotações internas de fatores (mão de obra, infraestrutura e áreas) dentro da região do município;
- Mensurar indicadores que classifiquem os municípios por seu grau de atratividade;
- Desenvolver estratégias de divulgação do município (como um plano de marketing);
- Reunir as lideranças locais para definição de estratégias de ação para os problemas levantados.

OPORTUNIDADES

O programa estadual de Incentivos Fiscais “Paraná Competitivo” tem sido um grande diferencial para a atração de investimentos em todo o Estado. Desde 2011, o Estado atraiu aproximadamente R\$ 40 bilhões em novos investimentos produtivos, o que vem contribuindo para a transformação econômica, tanto em termos de geração de renda quanto de aumento de oportunidades de empregos para os habitantes.

NOSSA PROPOSTA

A proposta de trabalho da Agência Paraná de Desenvolvimento para atendimento aos municípios por meio do Programa Municipal de Atração de Investimentos – PMAI possui sete (7) metas específicas, quais sejam:

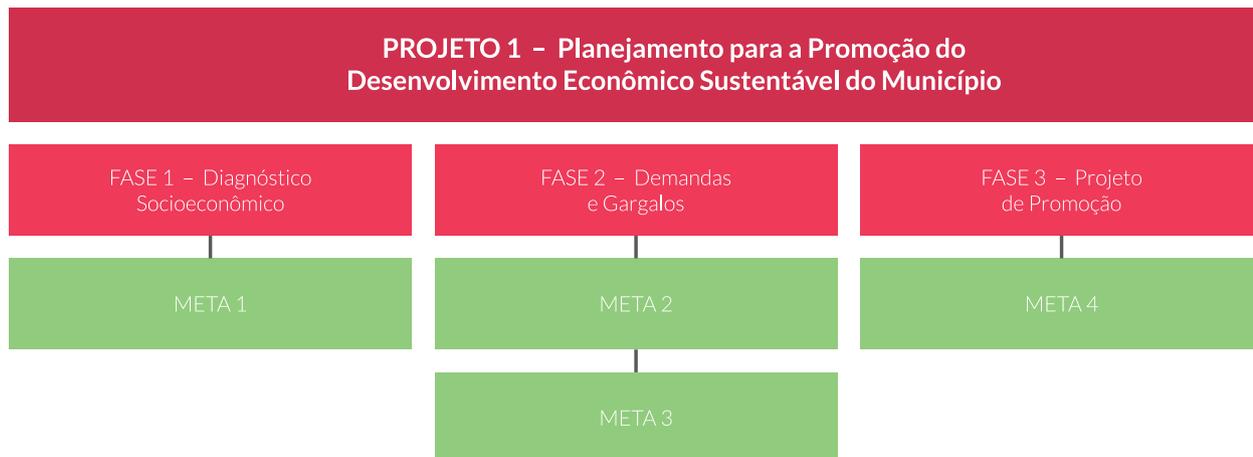
- Meta 1: Elaboração de um diagnóstico socioeconômico do município;
- Meta 2: Aplicação de pesquisa para avaliação de ambiente de negócios;
- Meta 3: Mapeamento de demandas e gargalos existentes com vistas à promoção do desenvolvimento econômico sustentado do município;
- Meta 4: Elaboração de projeto para a promoção do desenvolvimento econômico sustentado;
- Meta 5: Seleção de setores prioritários e proposta de valor pautada nos resultados do mapeamento;
- Meta 6: Criação de estratégias de marketing do município;
- Meta 7: Desenvolvimento de ações de prospecção de novos empreendimentos empresariais.

Para cada uma das metas estabelecidas para o programa, serão desenvolvidos projetos específicos que atendam às necessidades apontadas pelo estudo.

Para atingir as sete (7) metas propostas será executado um programa composto por dois projetos.

PROJETO 1 – PLANEJAMENTO PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO

FIGURA 1 – DETALHAMENTO DAS FASES DO PROJETO 1



Fase 1 – Elaboração de diagnóstico socioeconômico do município

Esta fase compreende a organização, bem como a análise do quadro atual do município dentro de aspectos considerados relevantes para a tomada de decisão do investimento. Este diagnóstico fará o levantamento das seguintes informações:

- Dinâmica empresarial do município;
- Avaliação de cadeias produtivas;
- Cálculo das aglomerações;
- Dinâmica setorial e comercial;
- Dinâmica da mão de obra;
- Análise dos complexos industriais;
- Pontos de articulação;
- Classificação do grau de atratividade.

Fase 2 – Mapeamento de demandas e gargalos para a promoção do desenvolvimento econômico sustentado do município:

Concluída a fase de diagnóstico, será realizada a demonstração dos resultados encontrados, bem como levantamento dos problemas que atualmente dificultam a implementação de medidas para o melhor desenvolvimento do município, juntamente com entidades da sociedade civil, partícipes e parceiros estratégicos, além de outros interessados e/ou responsáveis pelo planejamento para a promoção do desenvolvimento econômico do município, por meio de uma oficina de trabalho.

Caberá às entidades parceiras a apresentação dos gargalos para a promoção do desenvolvimento econômico da região, tais como de ordem estrutural, fiscal, trabalhista, educacional, dentre outros. Para o cumprimento desta fase serão realizadas as seguintes atividades:

- Mobilização de instituição parceiras;
- Preparação de oficina de trabalho;
- Realização de oficina de trabalho;
- Tabulação e sistematização dos dados da oficina.

Fase 3 – Projeto para a promoção do desenvolvimento econômico sustentado

Identificados os principais problemas e levantados os gargalos existentes, será criado um grupo de trabalho que definirá as ações e intervenções necessárias para estruturação de um projeto para a promoção do desenvolvimento econômico sustentado.

Nesse momento, deverá ser ampliado o grupo de atores, com o convite a outras instituições locais, tais como universidades, secretarias e instituições da sociedade civil organizada para execução do referido projeto. Face à expertise de sua equipe técnica e as suas atribuições legalmente definidas, a Agência para de Desenvolvimento coordenará as atividades abaixo elencadas:

- Mobilização das instituições parceiras;
- Realização de reunião do grupo de trabalho para definição de ações e intervenções necessárias para estruturação de um projeto para promoção do desenvolvimento sustentado;
- Sistematização do documento

E assim conclui-se o Projeto 1, podendo-se dar início à segunda etapa do trabalho.

PROJETO 2 - PROJETO PARA ATRAÇÃO DE NOVOS INVESTIMENTOS EMPRESARIAIS

FIGURA 2 – DETALHAMENTO DAS FASES DO PROJETO 2



Fase 1 - Seleção dos setores prioritários e estruturação da proposta de valor pautada nos resultados do mapeamento

De acordo com os resultados obtidos com o Projeto 1, será discutido com o município a estruturação de uma “Proposta de Valor” com vistas à abordagem de empresas com potencial para a instalação de novas unidades produtivas. As atividades que compõem esta fase são:

- Análise das informações resultantes do Projeto 1;
- Identificação dos elos principais da região;
- Identificação das empresas na região
- Definição da estratégia de abordagem;
- Elaboração da proposta de valor.

Fase 2 - Mapeamento das cadeias produtivas, definição das vocações econômicas do município e da estratégia para atração de novos investimentos empresariais.

Nesta fase serão levantadas as principais características dos setores industriais presentes no município: cadeias produtivas e vocações regionais, suas empresas-âncora, bem como os gargalos que dificultam o desenvolvimento, os elos faltantes e que poderão ser objeto de ações de prospecção de novos investimentos. Nesta fase também será definido o plano de ação para a fase 3. As atividades que compõem a fase 2 são:

- Definição do plano de prospecção;
- Contato efetivo com as empresas para apresentação da proposta de valor;
- Encaminhamento de empresas investidoras para o município, tendo em vista o alinhamento de interesses.

Fase 3 – Ações de prospecção

Em posse da “Proposta de Valor” e do plano de ação definidos na fase anterior, serão iniciadas as ações de prospecção ativa de novos investimentos. Esta fase não tem data para ser concluída, tendo em vista que a prospecção é uma ação contínua. As atividades previstas nesta fase serão:

- Execução do plano de prospecção;
- Atendimento contínuo.

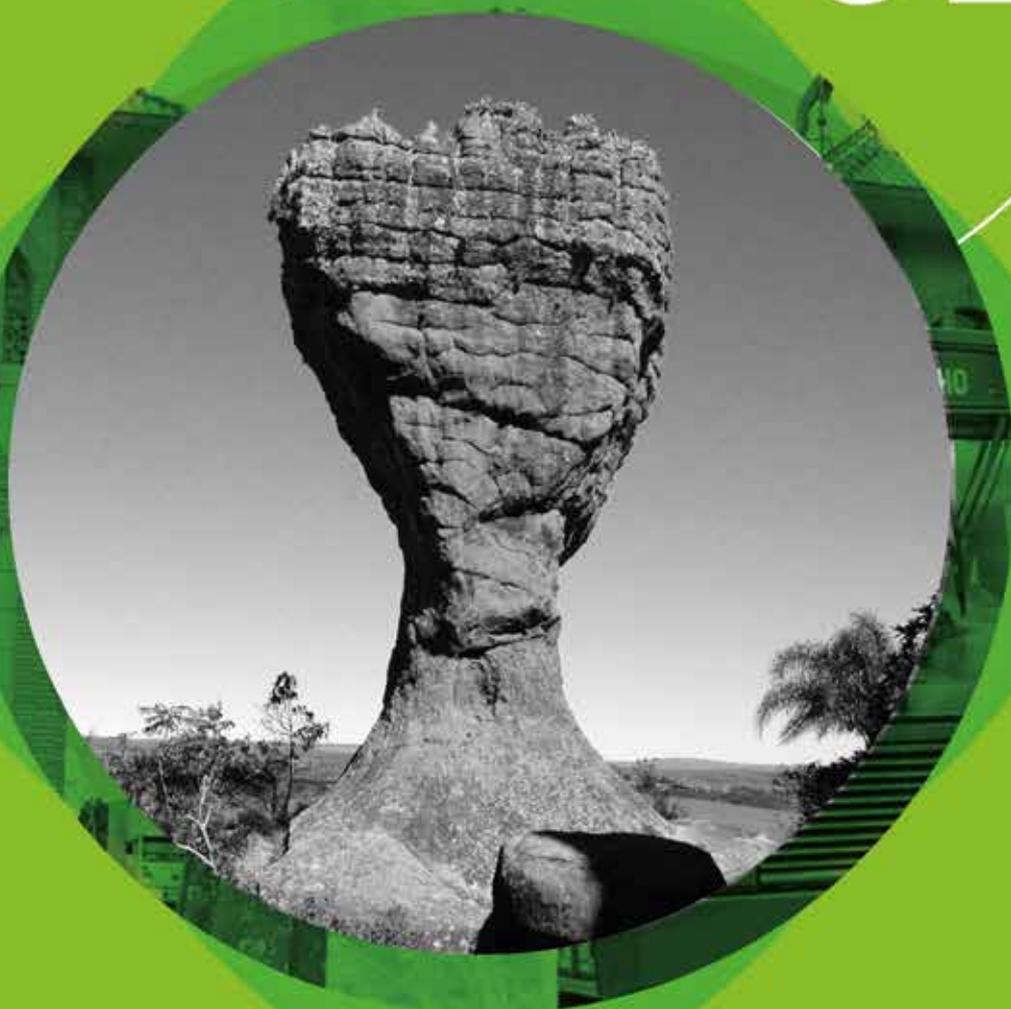
RESULTADOS ESPERADOS

A expectativa é que, ao término destes projetos, o município passe a contar com um guia de apoio que poderá ser utilizado para o desenvolvimento de estratégias de atração de investimentos.

Procurou-se, neste trabalho, utilizar metodologias que envolvessem o maior número possível de pessoas interessadas – tais como a Prefeitura e suas Secretarias Municipais, entidades da sociedade civil organizada, empresas-âncoras, universidades e demais instituições parceiras, sendo que, na primeira fase – a do diagnóstico – de maior interesse dos agentes públicos e, na segunda fase – de atração de investimentos – que interessa à sociedade em geral.

CAPÍTULO

02



**Análise de
Localização**

2.1 PERFIL GERAL

Ponta Grossa teve sua origem e seu povoamento ligado ao Caminho das Tropas. Porém, a primeira notícia de ocupação da nossa região, foi em 1704, quando Pedro Taques de Almeida requereu uma sesmaria no território paranaense. Foi seu filho José Góis de Moraes e seus cunhados que vieram tomar posse das terras, trouxeram empregados e animais e fundaram currais para criar gado. Suas terras eram formadas pelas sesmarias do Rio Verde, Itaiacoca, Pitanguí, Carambeí e São João, de onde surgiram as primeiras fazendas. Parte dessas terras José Góis de Moraes doou aos padres jesuítas que construíram no local (Pitanguí), a Capela de Santa Bárbara. Várias fazendas surgiram às margens do Caminho das Tropas. Os tropeiros durante suas viagens paravam para descansar e se alimentar em lugares que passaram a ser chamados de ranchos ou “pousos”. Desses pousos surgiram povoados, como Castro e Ponta Grossa. As fazendas contribuíram para o aumento da população, que levou ao surgimento do Bairro de Ponta Grossa, que pertencia a Castro. Com o crescimento do Bairro, os moradores começaram a lutar para a criação de uma freguesia, pois uma Freguesia tinha mais autonomia. Construíram, então, um altar na Casa de Telhas, aonde o vigário de Castro vinha de vez em quando rezar missas e também realizar casamentos e batizados.

Ponta Grossa foi elevada à Freguesia em 15 de setembro de 1823 e foi escolhido um local no alto de uma colina, perto do Caminho das Tropas para a construção de uma nova capela em homenagem à Senhora de Sant’Ana.

2.2 LOCALIZAÇÃO

Localizada no segundo planalto paranaense, na região dos Campos Gerais, Ponta Grossa destaca-se no cenário turístico do sul do Brasil. Importante entroncamento rodoferroviário, a cidade tem suas raízes no tropeirismo, na pluralidade étnica e nos caminhos da estrada de ferro, símbolos históricos e marcos referenciais ainda presentes no cenário urbano de uma das mais importantes cidades brasileiras.

Ponta Grossa congrega um complexo de atrativos naturais, históricos e culturais que se revelam em meio à paisagem ondulada dos Campos Gerais e proporcionam a seus visitantes oportunidades múltiplas de lazer, diversão e turismo.

Este local foi escolhido para ser a sede da Freguesia e em seu entorno passaram a ser construídas casas de moradia e de comércio. Esta colina é onde hoje se encontra a Catedral de Sant’Ana. Em 1855, Ponta Grossa foi elevada à categoria de Vila e, mais tarde, em 1862 à cidade.

Mas foi com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro, que Ponta Grossa se tornou um grande centro comercial, cultural e social. A ferrovia transformou a cidade em um grande entroncamento, destacando-se na Região dos Campos Gerais e no Paraná. Isso fez com que inúmeras pessoas escolhessem o local para trabalhar, estudar e viver. Foi nesse momento que chegaram os imigrantes, que contribuíram para o crescimento cada vez maior da cidade.

Na cidade se estabeleceram os ucranianos, os alemães, os poloneses, os italianos, os russos, os sírios e libaneses entre tantos outros, que contribuíram para o crescimento da cidade, bem como no desenvolvimento social, político, econômico e cultural de Ponta Grossa. A cidade se destacou no século XX, com muitas lojas de comércio, indústrias, escolas, cinemas, teatros, jornais, biblioteca, entre outros. Pode-se dizer que aquela pequena vila, surgida como pouso dos tropeiros, cresceu e se transformou em uma grande cidade.

O nome Ponta Grossa é de origem geográfica, constituindo-se em referência a uma colina de grande diâmetro coberta por um capão de mato. Essa colina podia ser vista de longa distância por todos aqueles que viajavam pela região. Existem relatos de que os tropeiros quando estavam chegando aos arredores, referiam-se ao lugar, afirmando: “Estamos próximos ao Capão da Ponta Grossa”.

Dentro das paisagens naturais do Paraná, o município de Ponta Grossa, encontra-se no Segundo Planalto Paranaense ou Planalto dos Campos Gerais. As características geológicas da região propiciaram a formação de paisagens de rara beleza, como o Parque Estadual de Vila Velha, a região dos Alagados, o próprio Distrito de Itaiacoca, além de muitas outras áreas, compostas de campos e matas fechadas.

Em uma base de organização espacial num mundo de recursos escassos não tem como uma localização se dar ao acaso: a cidade, a fábrica, a habitação, o comércio, etc., toda e qualquer localização é objeto de um processo de decisão explicitado no sentido de que, às vezes, pretende-se maximizar um valor, um rendimento ou a utilização de recursos em geral.

FIGURA 3 – MAPA DA REGIÃO DE PONTA GROSSA



| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

O município de Ponta Grossa é a capital da sua microrregião, dada a sua importância econômica para os Campos Gerais. Além disso, foi o município que mais recebeu investimentos nos últimos anos, tanto por sua localização estratégica quanto pelo potencial local para desenvolvimento de negócios.

A ideia base das relações funcionais como nova orientação na organização do espaço deve ser respondida com a realização de um plano diretor que determine de maneira clara qual é a divisão do espaço de determinada região, de forma que os espaços possam ser explorados de maneira eficiente e eficaz, criando ambientes que possam favorecer o máximo desenvolvimento de suas potencialidades.

RODOVIAS

- Rodovia BR 376 - Rodovia do Café - Artéria vital do Estado, é a ligação do Porto de Paranaguá ao Norte e Noroeste paranaense, assim como ligando o Estado com São Paulo e Mato Grosso.
- Rodovia BR 376/277 - Trecho Ponta Grossa - Curitiba Paranaguá, em pista dupla, é a ligação do Município com o Porto de Paranaguá.
- Rodovia BR 277 - Proporciona acesso às regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. É a porta aberta ao Paraguai e à Argentina.
- Rodovia PR 151 - Permite ligação com o estado de São Paulo e ao Planalto Central, através do acesso à região Nordeste do Estado. Faz ligação Ponta Grossa - Itararé.
- Transbrasiliana - Rodovia de ligação Norte-Centro-Sul do Brasil, passando próxima a Ponta Grossa e constituindo-se, no futuro, em uma das mais importantes vias de escoamento da produção.

FERROVIAS

Ponta Grossa é um dos mais importantes entroncamentos ferroviários do Sul do Brasil, passando pelo Município toda a produção agrícola destinada ao Porto de Paranaguá, para exportação.

O pátio ferroviário de Uvaranas permite a triagem da carga recebida e compete ao Desvio Ribas, localizado em área próxima ao Distrito Industrial do Botuquara, através de ramais ferroviários transportá-la até o pátio das indústrias, que utilizam os mesmos ramais, para escoamento da produção, com circulação média diária de 240 vagões. Encontra-se em fase de implantação a duplicação desses ramais, já se prevendo a intensificação no transporte da produção.

O sistema ferroviário que cerca totalmente a cidade, formando um perfeito anel, é constituído pela Rede Ferroviária Federal S/A, com suas linhas em direção ao Porto de Paranaguá, a Curitiba e ao sul do país, bem como a Estrada de Ferro Central do Paraná, que faz ligação com o Norte do Estado, através de Apucarana, além da ligação ao Norte Velho, via Wenceslau Bráz, com ramificação até Ourinhos, São Paulo.

Em destaque no programa ferroviário paranaense, a Ferrovia da Soja, que vai ampliar ainda mais as condições de atendimento da grande malha ferroviária que transforma Ponta Grossa no principal entroncamento do Sul do País.

AEROPORTO

O Aeroporto Sant`Ana, que serve a Ponta Grossa, está localizado a 10 km do centro da cidade e ligado por via asfáltica (Rodovia Ponta Grossa - Palmeira). Trata-se de um aeroporto homologado pelo Departamento de Aeronáutica Civil, que possui pista pavimentada em condições de receber aviões de pequeno e médio porte, que fazem o transporte principalmente dos executivos de empresas sediadas no município.

O Aeroporto de Ponta Grossa começou a receber voos comerciais em 13 de outubro de 2016. A nova rota é operada pela Azul Linhas Aéreas Brasileiras, de domingo a sexta, ligando a cidade até o aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP).

A aeronave ATR 72-600 suporta capacidade de 70 passageiros, padrão da companhia para operação em aeroportos regionais.

03

CAPÍTULO



Diagnóstico socioeconômico do município de Ponta Grossa

Este estudo trata da análise socioeconômica de Ponta Grossa, embasado por dados secundários de fontes confiáveis, ou seja, coletados por meio de pesquisa exploratória em bases de dados oficiais, tais como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) e que permite entender e avaliar a economia local, (RAIS/MTE)

3.1 DADOS SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Esta seção apresenta o levantamento de dados econômicos e sociais do município de Ponta Grossa, a fim de traçar um perfil municipal a partir de suas principais informações.

Ponta Grossa faz parte da Microrregião de Ponta Grossa, composta ainda pelos seguintes municípios: Carambeí, Castro e Palmeira. No conjunto desta microrregião, o PIB somado chega a R\$ 16 bilhões, sendo que Ponta Grossa representa 72% deste total, seguida por Castro com 14% do total.

No tocante ao PIB Per Capita da região composta pelos quatro municípios, a média é de R\$ 35.157, sendo que Ponta Grossa apresenta PIB per capita de R\$ 34.669 mil, enquanto que Carambeí apresenta o maior valor da microrregião, com PIB per capita de R\$ 59.104 mil. Os dados são apresentados na tabela 1.

TABELA 1 – PIB A PREÇOS CORRENTES E PIB PER CAPITA DA REGIÃO DE PONTA GROSSA

MUNICÍPIO	PIB (R\$ 1.000)	% REGIÃO	PIB PER CAPITA
Ponta Grossa	R\$ 10.280.846	71,89%	R\$ 34.669
Carambeí	R\$ 1.254.970	7,78%	R\$ 59.104
Castro	R\$ 2.249.718	13,94%	R\$ 31.931
Palmeira	R\$ 1.031.486	6,39%	R\$ 30.687

| FONTE: IBGE CIDADES, 2017.

A mensuração de agregados monetários econômicos possibilita uma avaliação quantitativa do produto que uma economia foi capaz de gerar em um determinado período de tempo. Quando ponderado pelo tamanho da população, o PIB per capita é uma medida importante da capacidade de um país (ou região) em gerar bens e serviços, com os quais é possível proporcionar uma melhor qualidade de vida para sua população.

Analisando-se sob esta ótica, os dados da Tabela 1 revelam a importância do peso da economia de Ponta Grossa para sua microrregião. Quando considerados os dez municípios mais com maior Produto Interno Bruto do Estado do Paraná, em primeiro lugar está Curitiba, com um PIB de R\$ 79,3 bilhões, seguida por São José dos Pinhais, Londrina, Maringá e, então, Ponta Grossa, que ocupa, portanto, o quinto lugar. Possui também um dos PIB per capita mais elevados do estado, estando à frente de Londrina e bastante próximo a Maringá, como mostra a tabela 2:

TABELA 2 – PIB A PREÇOS CORRENTES, PIB PER CAPITA E RAZÃO SOBRE O TOTAL DO ESTADO DOS 10 MUNICÍPIOS COM MAIOR PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ

MUNICÍPIO	PIB A PREÇOS CORRENTES (R\$ 1.000)	PIB PER CAPITA (R\$)	PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DO ESTADO
CURITIBA	79.383.343	42.934,38	43,78%
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	25.238.577	87.697,29	13,92%
LONDRINA	15.930.758	29.634,98	8,79%
MARINGÁ	13.733.657	35.602,21	7,57%
PONTA GROSSA	10.280.846	34.669,62	5,67%
FOZ DO IGUAÇU	9.877.010	37.482,77	5,45%
CASCADEL	8.403.195	27.496,01	4,63%
ARAUCÁRIA	7.360.425	56.965,26	4,06%
PARANAGUÁ	6.160.076	41.556,99	3,40%
PINHAIS	4.947.752	39.732,04	2,73%
TOTAL	181.315.638,71	43.015,40	

| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO IBGE CIDADES, 2017.

Economicamente pode-se se dizer que Ponta Grossa, apresenta resultados que o coloca entre os municípios com maior riqueza do Estado. Na comparação com outros municípios do Brasil, utilizando-se do recorte populacional, o que se observa é que o município se destaca em vários pontos, conforme a Tabela 3:

23

TABELA 3 – INDICADORES DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS COMPARÁVEIS A PONTA GROSSA

UF	MUNICÍPIO	PIB 2014 (R\$ MIL)	PIB PER CAPTA (2013)	IDH (2010)	GINI (2010)	POPULAÇÃO
PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	23.220.247	79.267	0,758	0,4599	264.210
BA	CAMAÇARI	17.562.845	62.409	0,694	0,5458	242.970
SC	BLUMENAU	16.767.107	50.200	0,806	0,471	309.011
SP	TAUBATÉ	15.436.985	51.555	0,8	0,5181	278.686
PR	MARINGÁ	14.233.028	36.336	0,808	0,4937	357.077
SP	DIADEMA	13.910.517	33.960	0,757	0,4592	386.089
SP	BAURU	12.137.134	33.292	0,801	0,5596	343.937
PR	PONTA GROSSA	11.598.200	34.669	0,763	0,5437	311.611
SP	SUZANO	10.130.268	35.866	0,765	0,491	262.470
PR	CASCADEL	9.203.923	29.761	0,782	0,5206	286.205
SP	FRANCA	8.069.332	23.771	0,78	0,4665	318.640
RS	PELOTAS	6.657.759	19.464	0,739	0,5596	328.275

| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO IBGE, 2010, 2013 E 2014.

Considerando os doze municípios apresentados na Tabela 3, que possuem faixa populacional próxima e também estruturas econômicas semelhantes (bastante industrializados e com forte setor de serviços), Ponta Grossa apresenta-se à frente de quatro municípios em termos de PIB, e à frente de cinco em termos de PIB per capita. Possui economia bastante similar a Bauru/SP e Diadema/SP, duas cidades de maior população e com alto nível de industrialização.

Ponta Grossa apresenta indicadores muito próximos em relação às demais cidades selecionadas.

Outro indicador de renda que pode ser comparado entre estes municípios é o Valor Adicionado Bruto (VAB) por setores produtivos, como mostra a Tabela 4:

TABELA 4 - VALOR ADICIONADO BRUTO POR SETOR PRODUTIVO

UF	MUNICÍPIO	PIB 2013 (R\$ MIL)	VAB AGROPECUÁRIA	VAB INDÚSTRIA	VAB SERVIÇOS
PR	SÃO JOSE DOS PINHAIS	23.220.247	271.507	7.256.312	8.365.070
BA	CAMAÇARI	17.562.845	15.000	6.633.682	5.178.681
SC	BLUMENAU	16.767.107	40.522	4.612.774	8.348.272
SP	TAUBATÉ	15.436.985	20.710	5.181.157	5.814.683
PR	MARINGÁ	14.233.028	79.078	2.651.968	8.025.428
SP	DIADEMA	13.910.517	507	4.026.400	5.988.050
SP	BAURU	12.137.134	32.260	1.692.036	8.002.014
PR	PONTA GROSSA	11.598.200	241.812	3.453.760	5.294.536
SP	SUZANO	10.130.268	264.881	3.942.072	3.490.213
PR	CASCADEL	9.203.923	509.522	1.520.197	5.024.859
SP	FRANCA	8.069.332	61.339	1.586.255	4.634.423
RS	PELOTAS	6.657.759	193.060	792.255	3.863.404

| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO IBGE, 2013.

Do ponto de vista econômico, Ponta Grossa, quando comparada aos outros doze municípios brasileiros, apresenta valores medianos, mas uma boa combinação de Serviços e Indústria, indicando que o município é um polo produtivo e também um centralizador de serviços na sua região. Sua agricultura é pouco expressiva para sua economia, mas acima da média das cidades selecionadas. Comparada aos municípios paranaenses, possui VAB de serviços com valor próximo a Cascavel, porém com uma indústria 133% maior, e agricultura 53% menor; com relação a Maringá, possui indústria maior, porém serviços menos expressivo. Em relação a São José dos Pinhais, o VAB de agricultura é próximo, porém serviços e indústria são maiores naquele município.

Dessa forma, observa-se claramente que Ponta Grossa é o maior polo industrial do Paraná fora da Região Metropolitana de Curitiba.

Em relação aos índices de concentração de renda, medidas pelo IDH e GINI, Ponta Grossa apresenta indicadores muito próximos às demais cidades selecionadas. Na comparação com as demais cidades paranaenses selecionadas (Maringá, Cascavel e São José dos Pinhais), Ponta Grossa apresenta maior concentração medida pelo Gini.

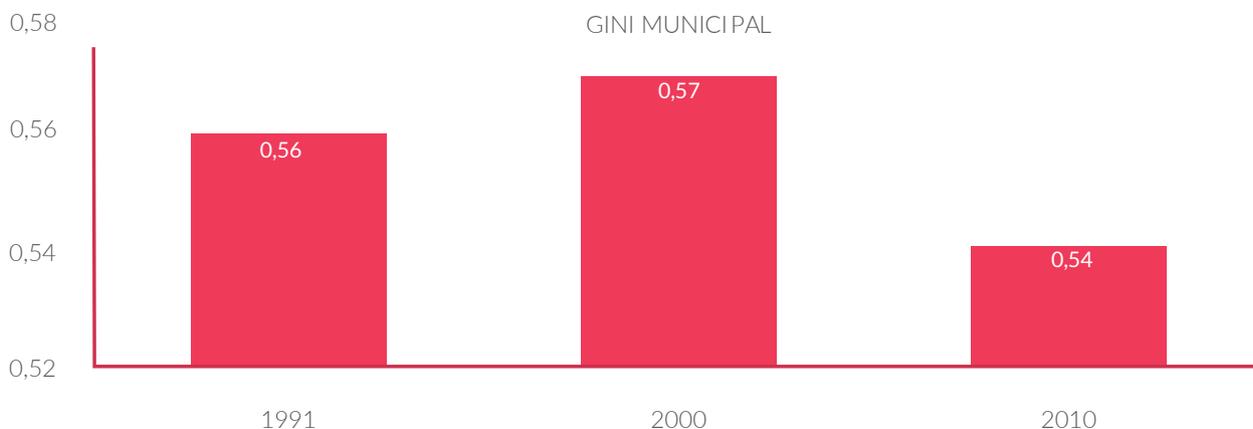
Estes são os fatores que impulsionaram o desenvolvimento econômico recente de Ponta Grossa, atraindo investimentos de grande escala, desde o setor agroindustrial até de equipamentos de trans-

porte de cargas. É relevante destacar que a diversificação produtiva existente no município, que possui um forte setor industrial, mas também o setor de Comércio e Serviços com alto valor adicionado, demonstra um potencial de crescimento de médio-longo prazo expressivo.

Outro fator a ser observado é como este recurso está dividido entre a população, ou seja, o nível de concentração da riqueza - se há no local uma concentração exagerada da renda “na mão” de poucos. Para aferir estes resultados, a principal medida utilizada é o Coeficiente de Gini, que consiste em um número-índice situado entre 0 e 1, no qual o zero corresponde à completa igualdade (no caso do rendimento, por exemplo, toda a população recebe o mesmo salário) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa recebe todo o rendimento e as demais nada recebem). Portanto, quanto mais próximo de zero (0), melhor o indicador.

Na análise do município de Ponta Grossa, o Coeficiente de Gini mostrou forte variação entre os anos de 1991 a 2010, mostrando que entre 1991 e 2000 houve um leve aumento da concentração da renda (de 0,56 para 0,57) e que houve uma desconcentração de renda entre 2000 e 2010, passando para 0,54 apresentado no Gráfico 1, a seguir:

GRÁFICO 1 - COEFICIENTE DE GINI DE PONTA GROSSA, 1991-2000-2010



| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO DE 1991, 2000 E 2010.

Seguindo a tendência nacional dos últimos anos, observa-se que no período compreendido entre 2000 e 2010, sendo este o último dado disponível do Censo Demográfico Nacional, houve desconcentração de renda em Ponta Grossa superior à 5% - reduzindo de 0,57 para 0,54 - e isso representa melhor distribuição da renda local.

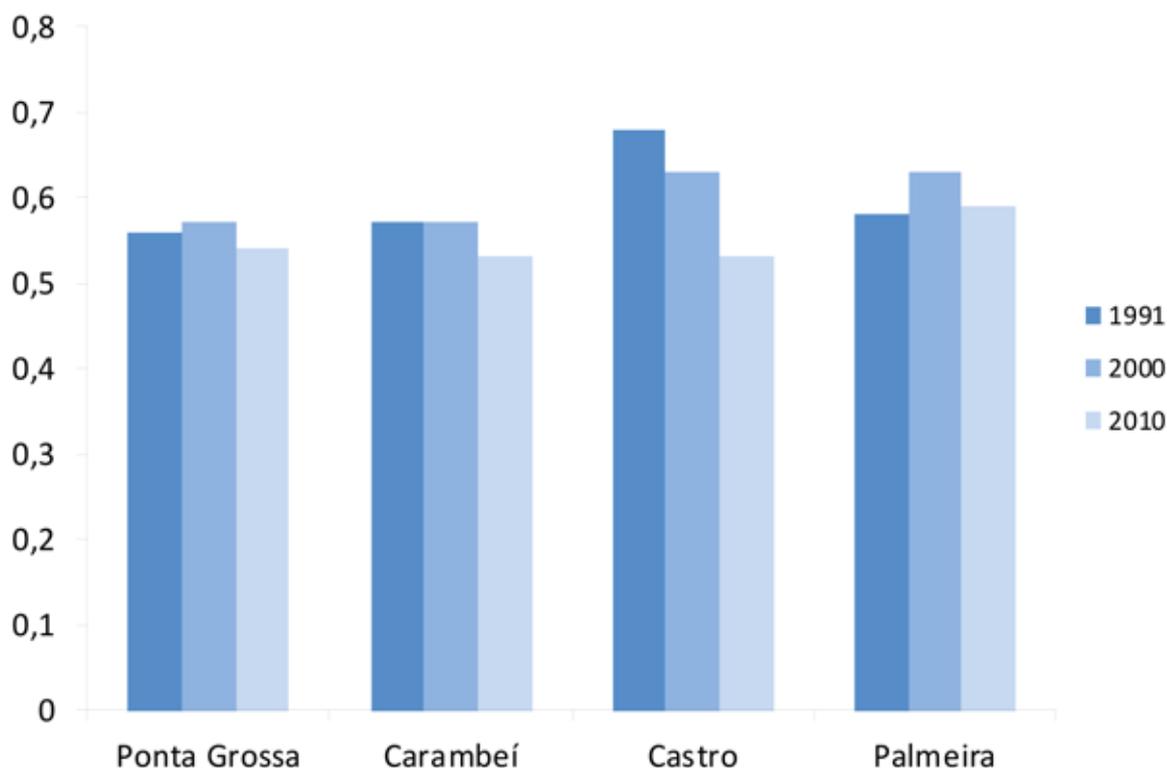
Na comparação com o índice brasileiro, que em 2010 chegou ao mínimo histórico de 0,53, pode-se verificar que houve desconcentração de renda em todo território nacional, motivado por fatores como aumento dos níveis de emprego e dos salários, melhoria na renda da população, baixos índices inflacionários e sucesso dos programas de transferência de renda, os quais contribuíram para uma maior estabilidade da economia brasileira, que vinha acontecendo desde o Plano Real em meados de 1994.

Apesar das evidentes melhorias, de acordo com dados do Portal ODM - Objetivos do Milênio, no ano de 2000 o município tinha 17,2% de sua população vivendo com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, percentual este que foi reduzido para 7,3% em 2010. Mesmo apresentando redução significativa de 57,6% no período, ainda havia 22.440 pessoas sob esta condição.

Em comparação a todo o Estado do Paraná, em 2000 o Estado tinha 19,6% de sua população vivendo com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, e em 2010 apenas 7,3% da população. Apesar de uma redução de 62,7% neste período, 749.681 pessoas ainda viviam em condições de pobreza no Paraná. Comparativamente, Ponta Grossa reduziu menos seus índices de pobreza do que a média do Estado.

Quando se avalia a microregião de Ponta Grossa, considerando seus quatro municípios - Ponta Grossa, Castro, Palmeira e Carambeí - pode-se observar que no período entre 1991 e 2010 houve queda da desigualdade de renda, exceto Palmeira. O destaque ficou para Castro, que apresentou forte e estável queda, passando da maior concentração da microrregião em 1991 para a menor em 2010, de 0,68 para 0,53. Atualmente, a maior concentração se dá em Palmeira, com índice de 0,59. O Gráfico 2 mostra a evolução do índice de Gini dos municípios da microrregião:

GRÁFICO 2 - COEFICIENTE DE GINI MUNICIPAL DA REGIÃO DE PONTA GROSSA



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO IGBE - CENSO DE 1991, CENSO DE 2000 E CENSO DE 2010

Estes níveis de concentração de renda demonstram, de uma maneira geral, que os municípios da região acompanharam a tendência nacional em relação à queda na desigualdade, quando os ganhos obtidos durante o período de crescimento da economia brasileira beneficiaram as várias regiões do país e esta não fugiu à tendência. Em 2010, o Gini do Brasil foi de 0,53, ou seja, igual ou muito próximo a Ponta Grossa, Castro e Carambeí. Palmeira, contudo, apresentou Gini de 0,59 naquele ano, bastante acima da média brasileira, indicando forte concentração de renda no município.

As variações na desigualdade de renda devem-se, frequentemente, a um complexo conjunto de forças antagônicas e as ações locais para redução destas desigualdades talvez seja um dos maiores desafios para os países e localidades neste século.

Outro aspecto que, necessariamente, precisa ser analisado ao se avaliar a qualidade de vida local são os índices de desenvolvimento humano. Estes índices são amplamente comentados - e atualmente estão no centro dos debates econômicos nas principais economias em escala mundial - e refletem o bem-estar socioeconômico da população. Estudos recentes revelam que a concentração de renda vem aumentando, ou seja, a riqueza gerada está cada vez mais concentrada e isso prejudica, de forma direta, o desenvolvimento humano.

O IDH é um número-índice que varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 0, menor o desenvolvimento humano e quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano da localidade. O IDH - Índice de Desenvolvimento Humano - combina três diferentes dimensões:

- Longevidade: indica uma vida longa e saudável, mede a expectativa de vida ao nascer;
- Educação: acesso ao conhecimento, anos médios de estudo e anos esperados de escolaridade; e
- Renda: um padrão de vida decente, medido pelo PIB per capita.

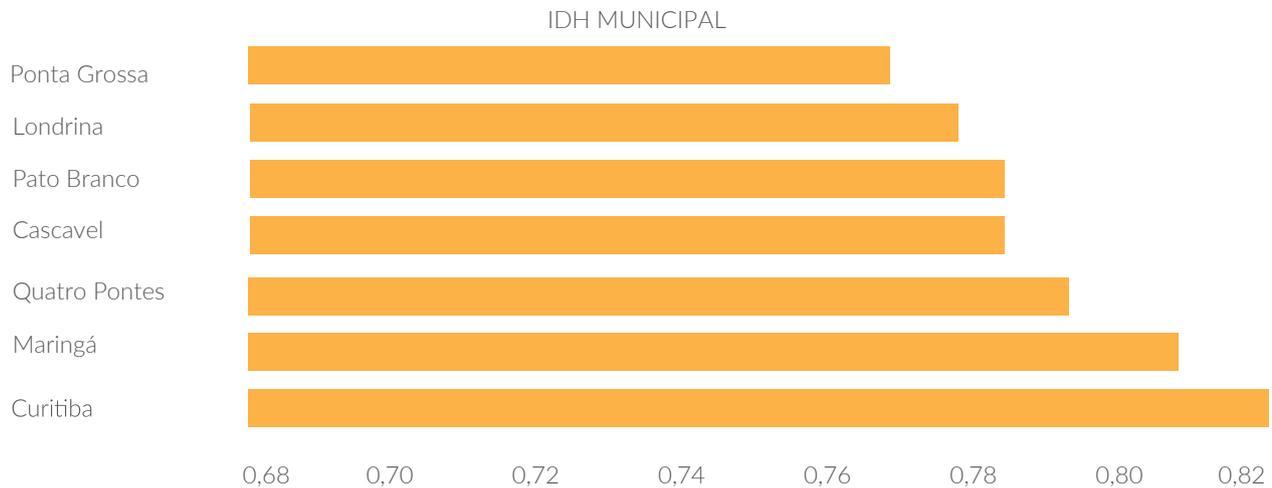
De acordo com dados apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Ponta Grossa era de 0,763 em 2010, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano alto (o IDHM situado entre 0,700 e 0,799 é considerado alto). A dimensão que mais contribui para o alto IDHM do município é a Longevidade, com índice de 0,837, seguida pela renda, com índice de 0,755 e da educação, com índice de 0,703.

Ponta Grossa ocupa a 320ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é de São Caetano do Sul (SP) com 0,862 e o menor é do município de Melgaço (PA) com 0,418.

Quando comparado aos municípios paranaenses, principalmente aqueles de mesmo porte, Ponta Grossa aparece em 13º lugar, sendo que Curitiba é o município que possui o maior IDHM no Paraná, com 0,823, seguido por Maringá (0,808), Quatro Pontes (0,791), Pato Branco e Cascavel (0,782) e Londrina (0,778), conforme mostra o Gráfico 3 a seguir:

(4) O ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - é um programa criado em 2000 pela ONU - Organização das Nações Unidas, por meio do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, no qual as nações se comprometeram a uma nova parceria global para reduzir a pobreza extrema, em uma série de oito objetivos a serem atingidos em 2015.

GRÁFICO 3 - MAIORES ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL DO PARANÁ

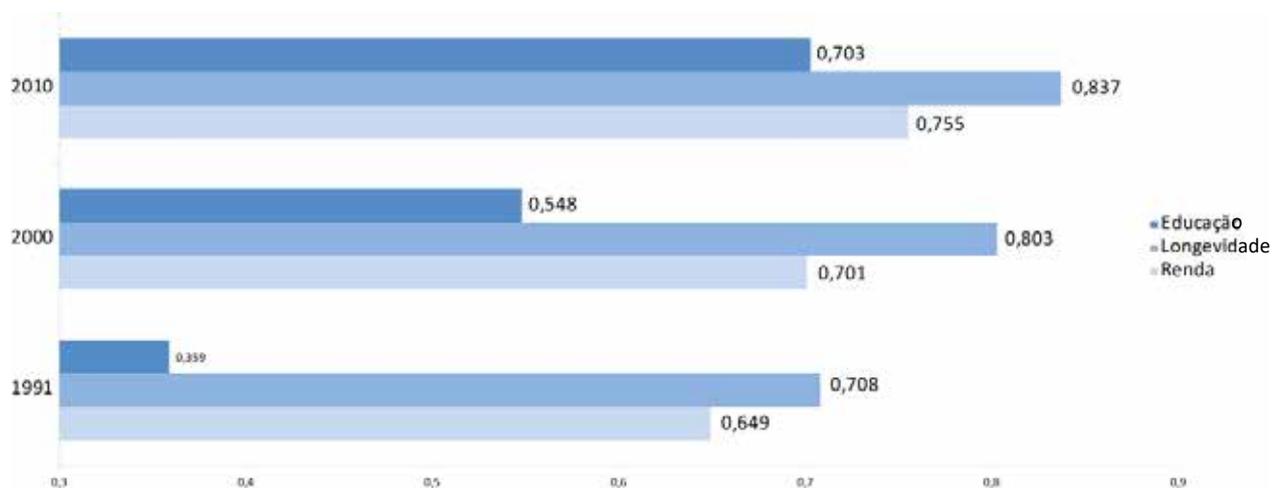


| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO IPEA, 2010.

Ainda segundo dados do IPEA, o IDHM de Pontá Grossa passou de 0,676 em 2000 para 0,763 em 2010 – uma taxa de crescimento de 18,11%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 73,15% entre 2000 e 2010, o que representa uma melhoria da qualidade de vida da população do município no período.

A dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi a educação (crescimento de 0,155), seguida pela longevidade (0,054) e pela renda (0,034). O Gráfico 4, abaixo, demonstra o comportamento destas variáveis neste período.

GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL DE PONTA GROSSA



| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO IPEA, 1991-2010.

Esta evolução dos índices, especialmente da variável Educação, mostra que o município tem apresentado avanços importantes, não apenas em termos econômicos (como o PIB), mas também em termos sociais. A presença de universidades e instituições de ensino técnico e superior contribuem fortemente para a melhoria dos indicadores de educação, no entanto o maior peso deve-se à ampliação do ensino fundamental e médio.

De acordo com dados do Portal ODM no Município, em 1991, 13,6% das crianças de 7 a 14 anos não estavam cursando o ensino fundamental. Em 2006, o Ministério da Educação, como uma das providências para melhorar a qualidade da educação, estabeleceu a implantação do ensino fundamental de nove anos no País. Assim, passou a ser considerada a faixa etária de 6 a 14 anos para o ensino fundamental. Em 2010, verificou-se que 16,9% das crianças não estavam na escola. Em 2015, segundo dados do IBGE, 50.663 crianças estavam matriculadas no ensino fundamental em Ponta Grossa, enquanto que a população com idade entre 5 e 14 anos era de 53.341 mil pessoas, o que significa que

94,9% das crianças desta faixa etária estavam matriculadas. Nas últimas décadas, a frequência de jovens de 15 a 17 anos no ensino médio melhorou. Mesmo assim, em 2010, 46,6% destes estavam fora da escola. Um dos maiores desafios para a educação no Brasil está na conclusão dos estudos, que a taxa de conclusão do ensino fundamental dos jovens com idade entre 15 a 17 anos era de 32,1% em 1991 e em 2010 passou para 66,5%. No ensino médio, os percentuais de conclusão caem significativamente, em 1991, dos jovens entre 18 a 24 anos, apenas 25,2% concluíam o ensino médio. Em 2010, este valor aumentou para 55,8%, mas ainda indica que aproximadamente metade dos alunos não conclui o ensino médio no município.

Outro indicador de educação de Ponta Grossa é o IDEB, que combina o rendimento escolar às notas do exame Prova Brasil, aplicado no último ano das séries iniciais e finais do ensino fundamental, podendo variar de 0 a 10. Ponta Grossa, em 2015, estava na 1912ª posição, entre os 5.565 municípios do Brasil, quando avaliados os alunos dos anos iniciais, e na 2394ª, no caso dos alunos dos anos finais. Quando analisada a sua posição entre os 399 Municípios do Estado, Ponta Grossa está na 203ª posição nos anos iniciais e na 174ª, nos anos finais.

O percentual de alfabetização de jovens e adolescentes entre 15 e 24 anos de Ponta Grossa em 2010, era de 99,3%. Quanto ao ensino superior, de acordo com dados do Iparides, em 2016 haviam 23.837 estudantes matriculados no município, que representa 4,7% do total de estudantes em nível superior

superior no Estado do Paraná, de 498.354 alunos. Assim, pode-se afirmar que Ponta Grossa é um município que apresenta alto nível de qualidade de vida, sua população está sendo atendida em termos de educação e geração de renda, o que contribui para que seu IDHM seja considerado um dos mais altos do Estado do Paraná.

3.2 DEMOGRAFIA

O Estado do Paraná é composto por 399 municípios e, destes, 27% possuem população entre 10.000 e 20.000 habitantes, ou seja, 109 municípios. A capital do Estado do Paraná, Curitiba possui 1,79 milhão de habitantes e a Região Metropolitana soma mais de 3,3 milhões de pessoas, conforme dados estimados para 2017 pelo Iparides. O segundo município em termos populacionais é Londrina, com 558.439 habitantes. Ponta Grossa, segundo o último Censo Demográfico (2010) possuía 311.611 habitantes, no entanto, na última estatística da estimativa da população do Iparides este número é de 344.332 habitantes, um crescimento de 10,6% no período entre 2010 e 2017.

A Tabela 5, a seguir, traz a informação de municípios de acordo com a faixa populacional no Estado do Paraná.

TABELA 5 - FAIXA DE POPULAÇÃO POR MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ

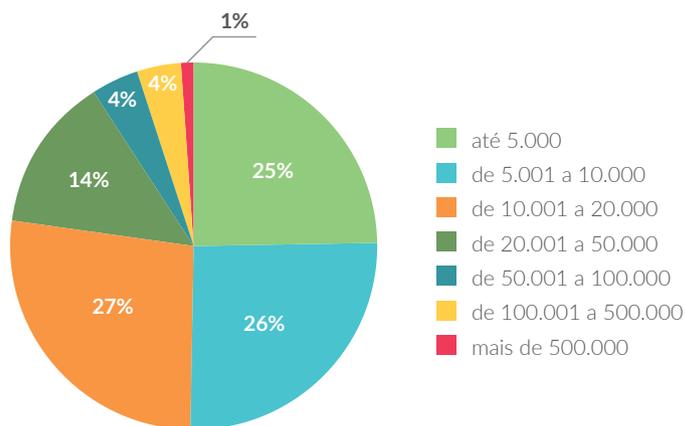
FAIXA DE POPULAÇÃO	MUNICÍPIO
Até 5.000	98
De 5.001 a 10.000	105
De 10.001 a 20.000	109
De 20.001 a 50.000	55
De 50.001 a 100.000	14
De 100.001 a 500.000	16
Mais de 500.000	2
TOTAL	399

| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO, 2010.

Ponta Grossa, com 311.611 habitantes (2010), está situada na faixa populacional de 100.000 e 500.000 habitantes, que compreende 16 municípios. Dentro dessa faixa, Ponta Grossa é o segundo mais populoso, sendo que Maringá - com 357 mil habitantes - é o maior e Umuarama é o menor, com pouco mais de 100 mil habitantes. Com relação a todos os municípios do estado. Ponta Grossa possui a quarta maior população, atrás de Curitiba (1,8 milhão), Londrina (506 mil) e Maringá (357 mil).

Pode-se verificar ainda que mais de duzentos municípios paranaenses possuem menos de 10.000 habitantes. Assim, cerca de 80% dos municípios do Estado possuem população inferior a 20.000 habitantes, como apresentado no Gráfico 5 abaixo.

GRÁFICO 5 - PERCENTUAL DE HABITANTES POR MUNICÍPIO DO PARANÁ

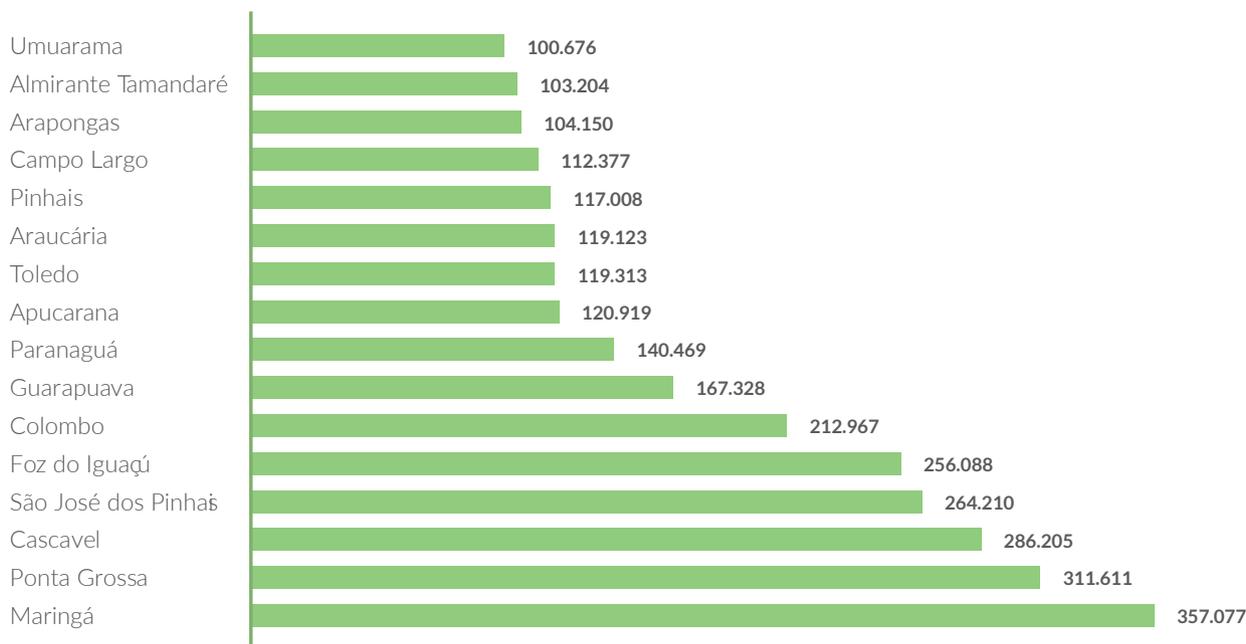


| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO, 2010.

Ainda segundo dados no Censo de 2010, a população de Ponta Grossa é composta por 245 mil pessoas da cor branca, 8,4 mil pessoas pretas, 1,5 mil pessoas amarelas, 56 mil pardas e 615 indígenas. Dentre a população total, 310.851 são brasileiros natos, 289 pessoas são brasileiras naturalizadas e 471 são estrangeiros.

Em termos de representatividade, Ponta Grossa representa 3,07% da população do Estado, segundo dados do Censo de 2010, ilustrados no Gráfico 6, a seguir.

GRÁFICO 6 - MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENTRE 100.000 E 500.000 HABITANTES NO PARANÁ



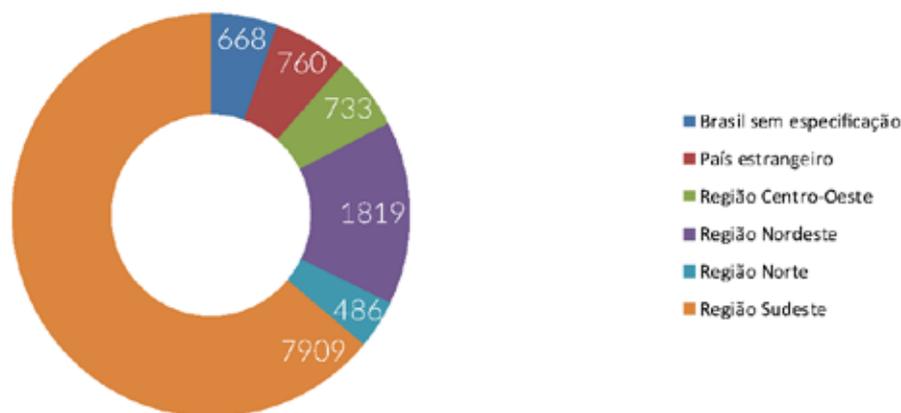
| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO, 2010.

No tocante à característica geral da população, quando avaliado seu fluxo migratório, observa-se que, no período de 2005 até a realização do Censo de 2010, 6,06% da população migrou de outros municípios para viver em Ponta Grossa, ou seja, mais de 19 mil pessoas passaram a viver no município.

O Gráfico 7 ilustra essa situação, excetuando-se a população que migra da região sul.

Do universo total de 311.611 mil pessoas residentes em Ponta Grossa, o total de 299.237 são naturais da região Sul, cerca de 96% da população residente, em seguida, o fluxo migratório mais expressivo veio da região Sudeste, com 7,9 mil pessoas, ou 2,5% da população de Ponta Grossa.

GRÁFICO 7 - ORIGEM DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM PONTA GROSSA



| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO, 2010

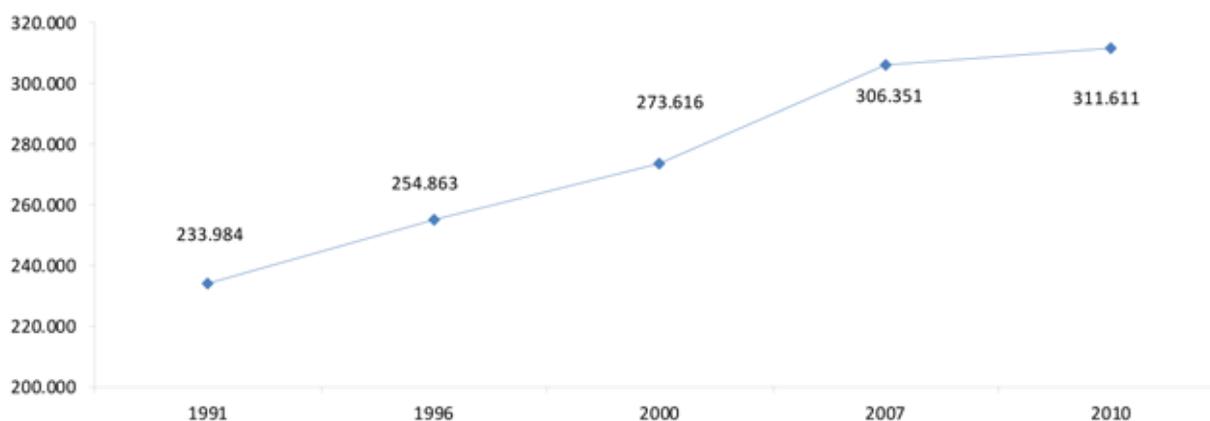
Entre 2000 e 2010, Ponta Grossa cresceu a uma taxa anual de 2,6%, enquanto a taxa de crescimento do Brasil foi de 1,17% no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município permaneceu inalterada.

No período anterior, entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 1,38%. No Paraná, esta taxa foi de 1,39%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período.

Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 97,47% para 97,79%, indicando que o município sempre foi quase totalmente urbanizado. Em 1991 a população urbana já representava 95,67% do total.

O Gráfico 8, a seguir, mostra a evolução demográfica do município de Ponta Grossa, segundo o Censo Demográfico do IBGE de 1991, 2000 e 2010.

GRÁFICO 8 - EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA



| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO, 1991, 2000 E 2010.

Ponta Grossa, conforme foi observado no gráfico 8, apresenta taxas crescentes de crescimento populacional desde o início da série, em 1991, e essa tendência continua ininterrupta até 2016, ano para o qual o IBGE projetou população de 341 mil habitantes. Segundo estimativas do Iparde, a população de 2017 é superior a 344 mil habitantes.

A manutenção da dinâmica do crescimento populacional é importante, pois, caso contrário, a perda de população implicaria em retração do consumo interno de mercadorias, o que afetaria o setor de comércio e serviços, sendo estes os principais demandantes de mão de obra e geradores de renda local. Os municípios que perdem população ou aqueles em que a população cresce a taxas baixas possuem menor capacidade de absorção de novos trabalhadores e também diminuem o seu potencial de gera-

ção de renda, bem como as capacidades produtivas.

Observando a estrutura etária do município, no período entre 2000 e 2010, identifica-se que a razão de dependências no município passou de 53,54% para 45,85% e a taxa de envelhecimento, de 5,58% para 6,87%. Em 1991 esses indicadores eram, respectivamente, de 60,07% e 4,75%.

Já no Brasil, a razão de dependência passou de 65,43% em 1991, para 54,94% em 2000 e 45,92% em 2010, enquanto que a taxa de envelhecimento passou de 4,38% para 7,36%, respectivamente. (PNUD/IBGE/IPEA).

(5) Razão de Dependência: percentual da população de menos de 15 anos e população de 65 anos e mais (população dependente) em relação à população de 15 a 64 anos (população em idade ativa).

A pirâmide etária em Ponta Grossa segundo dados do último Censo Demográfico realizado em 2010 apresenta a configuração constante na Tabela 6, a seguir:

TABELA 6 – POPULAÇÃO RESIDENTE EM PONTA GROSSA, SEGUNDO PERCENTUAL DE GRUPOS DE IDADE

ESTRUTURA ETÁRIA	POPULAÇÃO (1991)	% DO TOTAL (1991)	POPULAÇÃO (2000)	% DO TOTAL (2000)	POPULAÇÃO (2010)	% DO TOTAL (2010)
MENOS DE 15 ANOS	75.951	32,78	80.143	29,29	76.548	24,57
15 A 64 ANOS	144.753	62,47	178.210	65,13	213.647	68,56
MAIS DE 64 ANOS	11.000	4,75	15.263	5,58	21.416	6,87

| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO, 2010.

De acordo com os dados da tabela, verifica-se que a maior parte da população residente no município encontra-se na faixa de 15 a 64 anos de idade, cerca de 68% do total de habitantes, seguido pela faixa de menores de 15 anos (24,5%). Em geral esta idade revela que o potencial de mão de obra disponível em idade ativa é representativo, com indicação de um grande contingente futuro de mão de obra, sendo este um fator positivo para a economia de Ponta Grossa.

Ao se avaliar o município de acordo com a proporção de gênero, percebe-se que Ponta Grossa segue o mesmo padrão que o restante do país, ou seja, a maioria da população é composta por mulheres (51,43%) e a população masculina representa 48,57%. Da mesma forma, a população urbana residente é de 97,7% e a população rural é de 2,21% do total de habitantes, conforme mostra a Tabela 7:

TABELA 7 – POPULAÇÃO RESIDENTE EM PONTA GROSSA, SEGUNDO PERCENTUAL DE GÊNERO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO

POPULAÇÃO	POPULAÇÃO (2010)	% DO TOTAL (2010)
POPULAÇÃO TOTAL	311.611	100
HOMENS	151.362	48,57
MULHERES	160.249	51,43
POPULAÇÃO URBANA	304.733	97,79
POPULAÇÃO RURAL	6.878	2,21

| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO, 2010.

Vale destacar que a composição da população quando observada pela ótica de gênero implica em questões importantes para o mercado de trabalho do município, especialmente no que se refere às futuras oportunidades de emprego. Muitas das atividades profissionais que atualmente são ocupadas por homens tendem a ser mais distribuídas ao longo dos próximos anos, em face do ingresso de mais mulheres neste mercado.

Outra característica que deve ser observada é o fato de o município já possuir perfil urbano elevado, que tende a se acentuar a longo prazo, gerando maiores demandas em termos de infraestrutura urbana (tais como ruas, avenidas e calçadas pavimentadas, conjuntos habitacionais, transporte coletivo, entre outros) além de serviços de saúde, educação e segurança públicas.

3.3 PERFIL DO MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho de Ponta Grossa era formado por um universo de 85 mil trabalhadores formais, segundo dados de 2016 do Ministério do Trabalho e Emprego, da RAIS/CAGED. A população ocupada, por sua vez, representava 29,8% da população do município, ou seja, mais de 100 mil pessoas estavam ocupadas em 2015, conforme estimativas do IBGE Cidades, que contabiliza tanto o mercado formal de trabalho (que possuem registro em carteira de trabalho) quanto os trabalhadores autônomos e por conta própria.

Outro ponto importante a destacar é a qualidade da mão de obra existente no município, segundo dados da RAIS, dos 85.211 trabalhadores, 15,91% possui curso superior completo. Entretanto, a maioria é formada por pessoas com o ensino médio completo, correspondendo a 53,07% dos trabalhadores, ou seja, mais de 45 mil pessoas.

No Paraná, em média 14% do contingente de pessoas, (aproximadamente 3,1 milhões de trabalhadores) têm curso superior, enquanto 43% da força de trabalho possui o ensino médio completo. Em nível de Doutorado e Mestrado, no Paraná, apenas 0,4% da força de trabalho tem esta titulação, já em Ponta Grossa 2,07% dos trabalhadores possuem titulação de mestre ou doutor, o que representa número cinco vezes acima da média verificada no Estado, isso ocorre, em parte, pela presença de universidades e empresas de classe mundial no município.

A especialização da mão de obra impõe outro desafio, que é o de manter e reter estes talentos dentro dos limites da localidade. Pessoas qualificadas demandam maiores salários e melhores condições de trabalho, portanto, a dinâmica econômica da região deve que ser preservada.

A produtividade do trabalho e do capital aumentam com maiores conhecimentos, mais educação e melhor saúde para os trabalhadores, assim como pelo uso de processos e máquinas mais eficientes, o que eleva o ritmo do crescimento econômico. Quanto maior o crescimento do progresso técnico em relação ao número dos trabalhadores, maior será a produtividade do trabalho e tanto mais altas serão as taxas da acumulação de capital e do crescimento econômico. O principal elemento que contribui para o desenvolvimento de uma região é o perfil da sua mão de obra.

Dentro do município de Ponta Grossa, a média salarial auferida é de R\$ 2.304,07, a característica industrial do município colabora para que a média salarial esteja próxima à média estadual. No Paraná a média de salários pagos está em R\$ 2.510,52, ou seja, em Ponta Grossa a média salarial é 8,96% menor. Quando comparado aos salários pagos na região compreendida da microrregião de Ponta Grossa, tem-se o quadro apresentado na Tabela 8:

TABELA 8 - REMUNERAÇÃO MÉDIA INDIVIDUAL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE PONTA GROSSA

MUNICÍPIO	SALÁRIO MÉDIO	NÚMERO DE VÍNCULOS ATIVOS	MASSA SALARIAL	TOTAL
PONTA GROSSA	R\$ 2304	85.211	R\$ 196.332.108	72,83%
CARAMBEI	R\$ 2127	7.891	R\$ 16.790.469	6,74%
CASTRO	R\$ 2094	16.825	R\$ 35.238.280	14,38%
PALMEIRA	R\$ 1921	7.071	R\$ 13.583.532	6,04%

| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DA RAIS/MTE 2015

Conforme mostrou a Tabela, na região de Ponta Grossa, a média salarial verificada é de R\$ 2.238,88, sendo que Ponta Grossa tem a maior média salarial paga, de R\$ 2.304,07, enquanto o município de Palmeira, de R\$ 1.921,02, a menor.

Na microrregião de Ponta Grossa estão alocados aproximadamente 117 mil trabalhadores, que representa 3,85% da força de trabalho do Estado, sendo que no município de Ponta Grossa está 72,83% dos trabalhadores da região e em Castro, o segundo da região, estão 14,38% deste contingente.

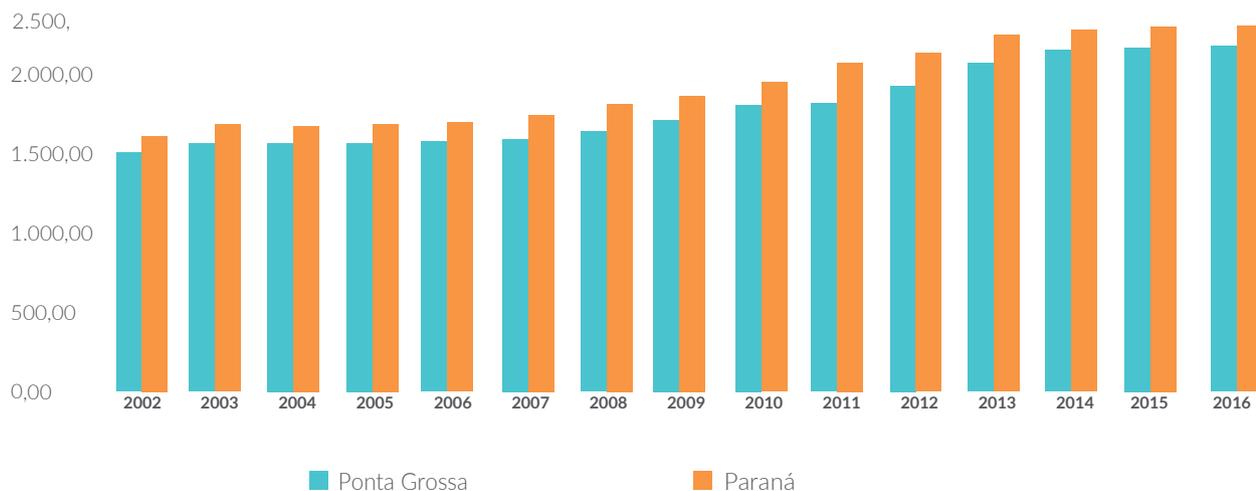
Em relação à composição do gênero do trabalhador no município de Ponta Grossa, são 50.047 homens e 36.110 mulheres. Quando avaliado por nível salarial, os homens percebem um salário médio de R\$ 2.467,73 enquanto as mulheres de R\$ 2.081,77, ou seja, a remuneração das mulheres representa 84,36% da remuneração masculina. No Paraná, a diferença de sexo segue o mesmo padrão de remuneração e proporcionalidade, com salários das mulheres representando 83,85% dos salários dos homens.

Estudos de abrangência nacional revelam que a remuneração média das mulheres teve melhor desempenho do que a renda do trabalho dos homens nos últimos vinte anos. Na década de 1990, sua queda foi menos acentuada e nos anos 2000 seu aumento foi mais significativo. Entretanto, as mulheres ocupadas auferiram rendimentos 30% inferiores aos homens ocupados em 2012: enquanto a remuneração média dos trabalhadores do sexo masculino correspondeu a R\$ 1.588,00 naquele ano e a das trabalhadoras foi de R\$ 1.100,00.

A década de 1990 caracterizou-se pela forte deterioração dos rendimentos dos trabalhadores e nos anos 2000 por sua vigorosa recuperação. No início dos anos 1990, a renda média do trabalhador era de R\$ 881. Após um aumento da estabilização dos preços em 1994, os rendimentos dos trabalhadores caíram até 2003, quando sua trajetória se reverteu. De 2004 a 2011, a remuneração média cresceu 4,6% anualmente, em parte puxada pela nova política de reajustes do salário mínimo, e atingiu R\$ 1.380 ao final de 2011.

Em Ponta Grossa, a evolução dos salários médios reais no período de 2002 a 2016, considerando a inflação medida pelo IPCA, seguiu a trajetória ilustrada no Gráfico 9

GRÁFICO 9 – VARIAÇÃO DO SALÁRIO NOMINAL DE PONTA GROSSA E DO PARANÁ

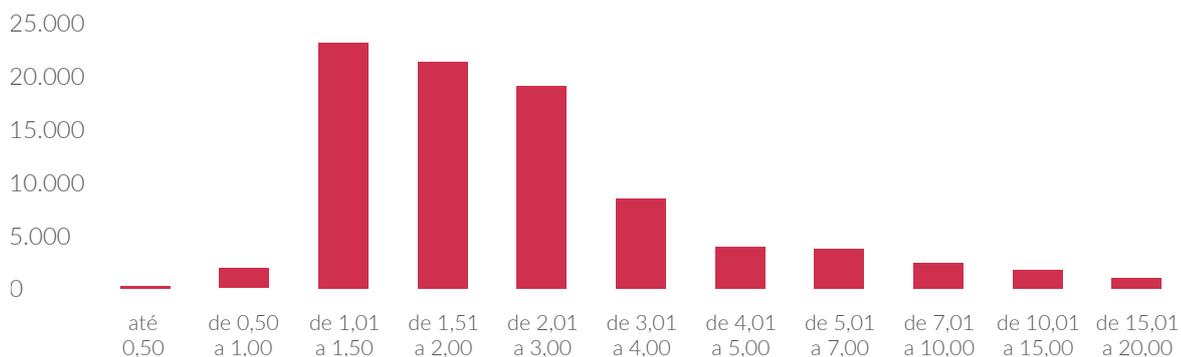


| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE EM DADOS DA RAIS/MTE 2002 A 2014

Em termos reais o salário variou 46% em Ponta Grossa entre 2002 e 2016. A variação real do salário médio no município foi 3 pontos percentuais abaixo da variação ocorrida no Paraná, que foi de 49% no mesmo período.

Quando se analisa a distribuição do rendimento médio no município verifica-se que, com base no salário mnínimo, a maior parte dos trabalhadores, correspondendo a 76% do total, está na faixa de 1,01 a 3 salários mínimos como apresentado no Gráfico 10.

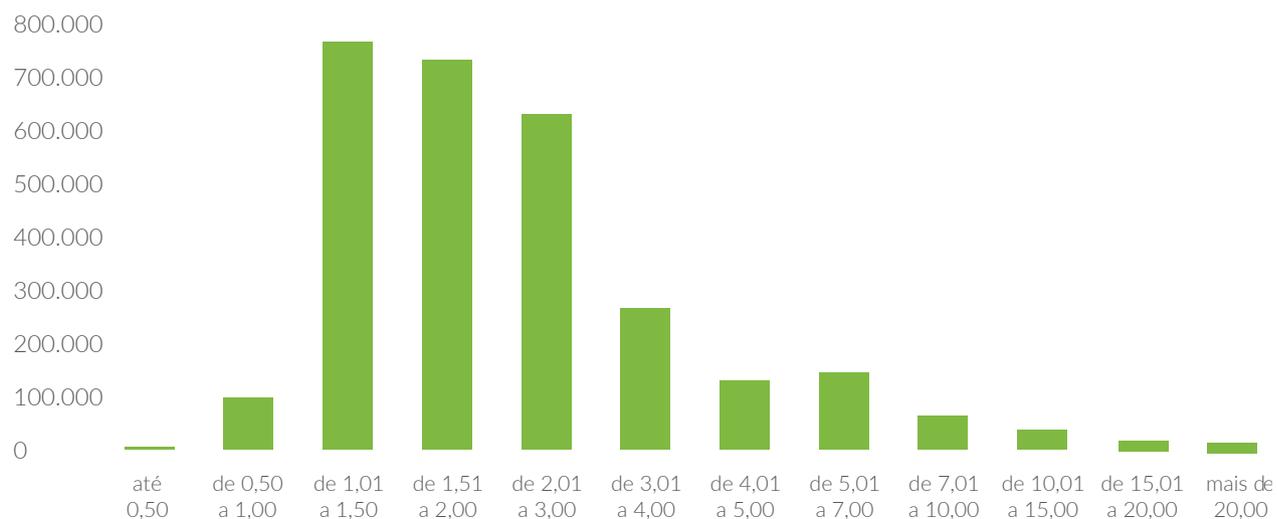
GRÁFICO 10 – NÍVEL DE RENDIMENTO POR FAIXA SALARIAL EM PONTA GROSSA



| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE EM DADOS DA RAIS/MTE, 2014.

No Paraná a configuração de rendimentos é semelhante, na faixa de rendimento entre 1 a 3 salários mínimos estão 72% dos trabalhadores, como mostra o Gráfico 11, abaixo.

GRÁFICO 11 – NÍVEL DE RENDIMENTO POR FAIXA SALARIAL NO PARANÁ



| FONTE: Elaboração própria com base em dados da RAIS/MTE.

Na comparação entre o município de Ponta Grossa e o Estado do Paraná pode-se verificar que a dinâmica salarial por faixa de rendimentos é semelhante, tendo em vista que as proporções se mantêm praticamente iguais, com a maior parte da população recebendo remuneração entre 1,01 a 1,5 salários mínimos.

Já em relação à distribuição dos trabalhadores por setor produtivo em Ponta Grossa, apresentada no Gráfico 12, a seguir, verifica-se que a maior parte dos trabalhadores está alocada no comércio e reparação de veículos, seguido por indústria de transformação e administração pública.

GRÁFICO 12 – ALOCAÇÃO DA MÃO DE OBRA EM PONTA GROSSA



| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE EM DADOS DA RAIS/MTE, 2016

Observa-se que dos 85 mil trabalhadores do município, o setor de comércio responde por mais de 26% da força de trabalho (22.134 trabalhadores), na sequência a indústria de transformação, com 18% dos trabalhadores (14.961 pessoas), e Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, com 10,4% da mão de obra (8.863 trabalhadores).

Do ponto de vista do nível de salários pagos no município, a média salarial, já mencionada, é de R\$ 2.304,07, sendo que a maior média salarial paga é de R\$ 5.131,16 em Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados, seguida por Educação com R\$ 5.023,06 e então por Administração Pública, Defesa e Seguridade Social com média de R\$ 2.844,44. Na última posição aparece Serviços Domésticos, com salário médio de R\$ 1.222,41, conforme o Gráfico 13, que apresenta o nível de remuneração por setor:

GRÁFICO 13 – REMUNERAÇÃO MÉDIA POR ATIVIDADE ECONÔMICA EM PONTA GROSSA



| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE EM DADOS DA RAIS/MTE, 2016.

Na tabela 9 é possível observar a média salarial das demais categorias profissionais existentes no município.

TABELA 9 - REMUNERAÇÃO MÉDIA DE ACORDO COM A ATIVIDADE PROFISSIONAL EM PONTA GROSSA

ATIVIDADE PROFISSIONAL	REMUNERAÇÃO MÉDIA (R\$)
ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS5	5.131,16
EDUCAÇÃO	5.023,06
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	2.844,44
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	2.690,94
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	2.189,15
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	2.060,57
INDÚSTRIA EXTRATIVAS	1.978,87
CONSTRUÇÃO	1.976,33
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	1.974,38
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	1.846,04
SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	1.832,32
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	1.814,61
ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	1.794,98
COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	1.728,57
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	1.667,47
ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	1.484,21
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	1.469,69
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	1.407,10
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	1.222,41

| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE EM DADOS DA RAIS/MTE, 2014.

Para efeitos de análise do perfil da mão de obra local, não é possível fazê-la sem considerar o recorte específico da indústria de transformação, que compreende o setor que transforma matéria-prima em produto final e/ou intermediário para outras indústrias.

No Paraná, a indústria de transformação responde pela geração de 597 mil empregos, sendo responsável por 19,9% do total de empregos da economia. Já Ponta Grossa possui 18% da sua força de trabalho na indústria de transformação., segundo dados da RAIS/MTE 2014.

No município, os setores da indústria que mais empregam, bem como o salário médio em cada uma delas, são apresentados na Tabela 10, a seguir.

TABELA 10 – REMUNERAÇÃO MÉDIA DE ACORDO COM O SETOR DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO EM PONTA GROSSA

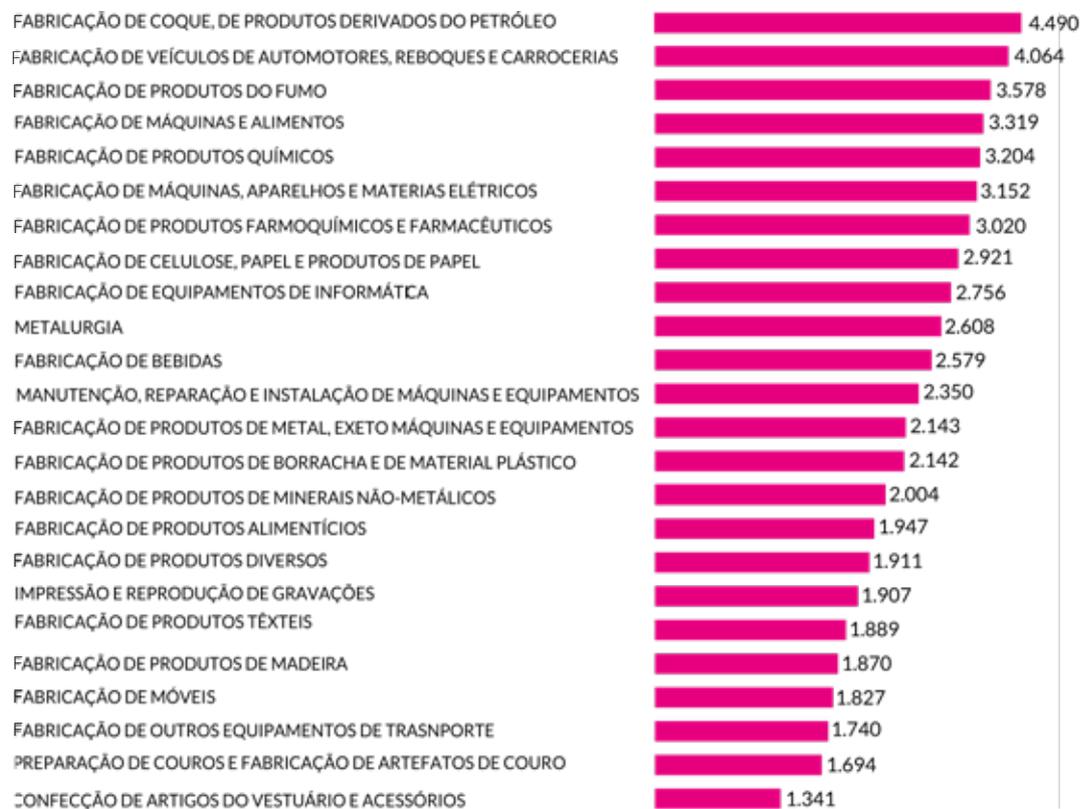
SETOR DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	TOTAL DE EMPREGOS	SALÁRIO MÉDIO (R\$)
FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS	527	5.171,24
FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL	536	4.215,84
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	727	3.501,12
FABRICAÇÃO DE BEBIDAS	736	3.246,35
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO	924	2.961,01
MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	845	2.871,26
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.099	2.736,52
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.634	2.670,30
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA	1.982	2.392,79
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	3.071	2.377,83
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS	633	2.315,58
METALURGIA	458	2.299,55
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS	377	2.296,20
FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS E ÓPTICOS	16	1.975,34
FABRICAÇÃO DE MÓVEIS	717	1.871,80
IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES	100	1.857,65
FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	17	1.571,06
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS	292	1.464,44
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS	131	1.421,30
PREPARAÇÃO DE COUROS E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO,	6	1.394,05
CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	133	1.268,35

| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE EM DADOS DA RAIS/MTE, 2014.

Outro fator importante que coloca a indústria de transformação em evidência é a questão salarial. Quando avaliada a massa salarial no Estado do Paraná, verifica-se que 18% da massa salarial total – de cerca dos R\$ 7,5 bilhões em salários gerados, mais de R\$ 1,36 bilhão vêm da indústria de transformação. Em Ponta Grossa, este total equivale a 20,51% da massa salarial do município, pois dos R\$ 196 milhões gerados em salários, cerca de R\$ 40 milhões advêm da indústria de transformação.

Nos Gráficos 14 e 15, a seguir, são apresentados os valores da remuneração média na indústria de transformação no Paraná e em Ponta Grossa.

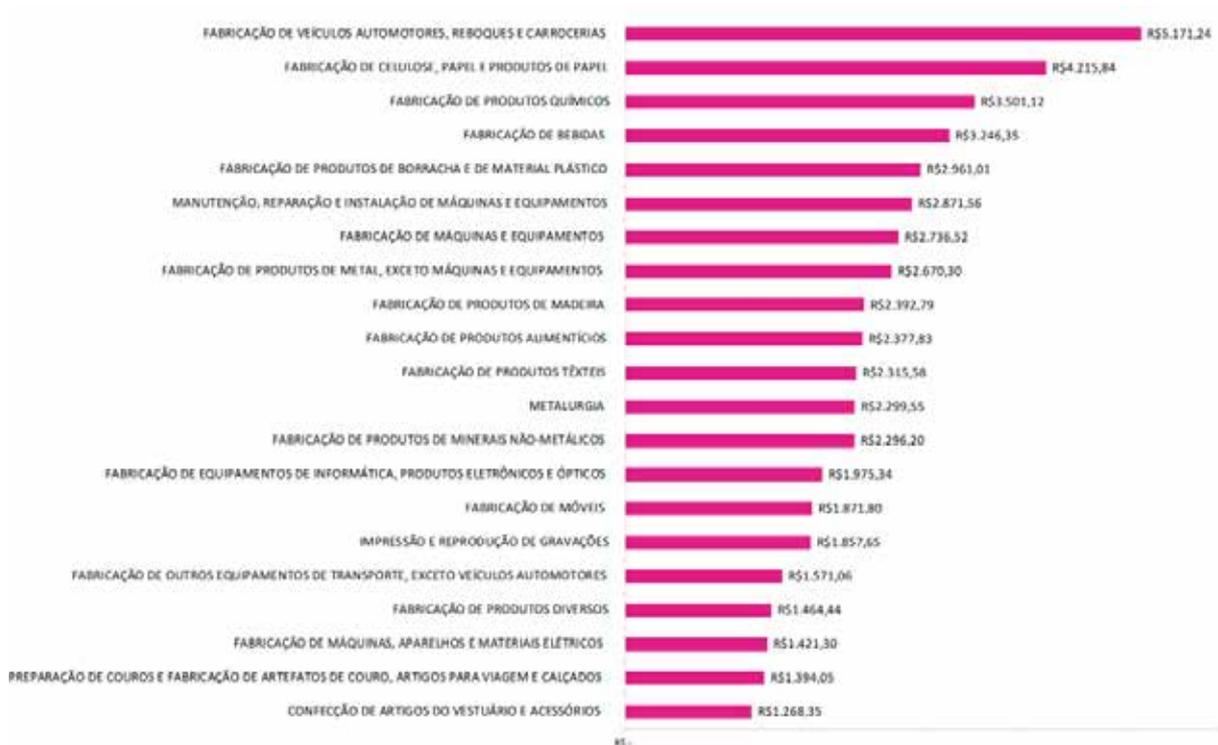
GRÁFICO 14 – REMUNERAÇÃO MÉDIA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PARANÁ



R\$

| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE EM DADOS DA RAIS/MTE 2016.

GRÁFICO 15 – REMUNERAÇÃO MÉDIA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO EM PONTA GROSSA



| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE EM DADOS DA RAIS/MTE, 2016

04

CAPÍTULO



**Estrutura econômica e
produtiva de Ponta Grossa**

Para avaliação da estrutura econômica e produtiva do município utilizou-se como base teórica das pesquisas o conjunto de teorias desenvolvido por Nurkse, onde o investimento isolado nem sempre apresenta rentabilidade devido à pequena dimensão do mercado interno. Incentivos governamentais concedidos – como redução da carga tributária e melhorias da infraestrutura – aumentam a competitividade, porém, são insuficientes para gerar crescimento significativo.

O ponto central da teoria de Nurkse trata do círculo vicioso do subdesenvolvimento, onde a baixa acumulação de capital gera lento crescimento econômico e não eleva a produtividade dos fatores e estes, por sua vez, provocam baixos níveis de renda e poupança, reduzindo o mercado interno, altos custos médios e baixa taxa de lucro. A Figura 4, abaixo, ilustra este círculo vicioso:

FIGURA 4 – PROCESSO DO CÍRCULO VICIOSO DA POBREZA



| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE EM NURKSE.

O baixo nível de consumo da população explica a baixa propensão investir; esta, por sua vez, entra o crescimento do consumo, ao limitar a expansão da renda. Por esta visão, embora o crescimento

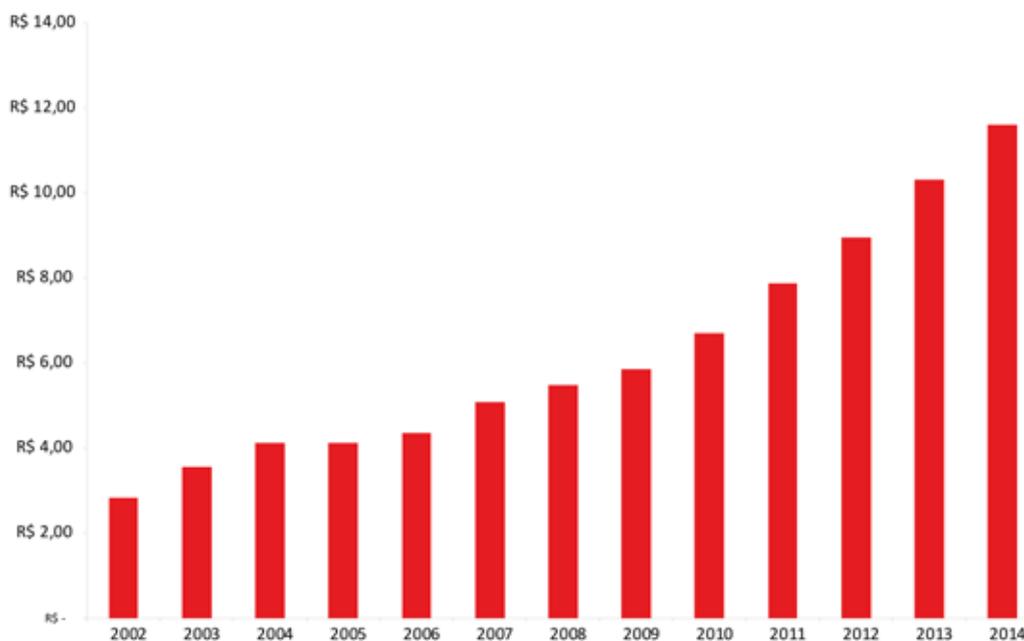
econômico possa se apoiar no consumo das elites, a acumulação de capital no longo prazo fica bloqueada pela pobreza e pelo desemprego. Os setores que produzem bens finais não crescem. A pequena dimensão do mercado interno desestimula o investimento pelos altos custos médios, que inviabiliza a produção de certos bens. E sob esta ótica econômica serão realizadas as análises da estrutura produtiva de Ponta Grossa.

(6) Ragnar Nurkse, economista americano especialista em desenvolvimento econômico, nasceu na Estônia em 1907. Estudou economia na Universidade de Tartu em 1929 e Viena 1933, fortemente influenciado pela escola austríaca. Entre suas principais teorias está a defesa de que o crescimento depende de muitos fatores e está especialmente ligado aos investimentos em indústrias diversificadas..

4.1 EVOLUÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PIB EM PONTA GROSSA

O crescimento do PIB em Ponta Grossa nos últimos 12 anos teve um expressivo incremento, se em 2004 o PIB a preços correntes equivalia a R\$ 2,8 bilhões, em 2014 este montante chegou a R\$ 11,6 bilhões. O Gráfico 16 ilustra esta condição:

GRÁFICO 16- EVOLUÇÃO DO PIB EM PONTA GROSSA



| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE EM DADOS DO IBGE, 2016

Em 2002 o PIB de Ponta Grossa era puxado pelo setor de Serviços, com participação de 37,6% do total, porém com representatividade da Indústria bastante similar (35,06%), e então a agropecuária com 3,74%. Em 2014, a configuração do PIB em Ponta Grossa se manteve, porém com maior dis-

tanciamento entre Serviços (agora representando 45,65% do PIB) e Indústria, reduzida para 29,78% do PIB. O setor agropecuário também diminuiu, representando 2,08% do PIB total do município em 2014. A Tabela 11 apresenta essas alterações:

TABELA 11 - PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO NO PIB DOS SETORES ECONÔMICOS DE PONTA GROSSA

	PARTICIPAÇÃO		VAB(R\$ 1.000)	
	2002	2014	2002	2014
PIB (R\$ 1.000)	R\$ 2.831.579	R\$ 11.598.200		
AGROPECUÁRIA	3,74%	2,08%	105.814	241.812
INDUSTRIA	35,06%	29,78%	992.735	3.453.760
SERVIÇOS	37,61%	45,65%	1.064.851	5.294.536

| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE EM DADOS DA RAIS/MTE, 2016

Considerando-se os municípios da microrregião de Ponta Grossa, a configuração se dá conforme os dados da Tabela 12:

TABELA 12 – PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO NO PIB (R\$ 1.000) DOS SETORES ECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE PONTA GROSSA

	PONTA GROSSA	%	CASTRO	%	CARAMBEÍ	%	PALMEIRA	%
PIB	11.598.200		2.249.718		1.254.970		1.031.486	
AGROPECUÁRIA	541.812	2,08	435.005	19,34	229.383	18,28	300.315	29,11
INDÚSTRIA	3.453.760	29,78	442.033	19,65	318.770	25,40	165.291	16,02
SERVIÇOS	5.294.536	45,65	900.376	40,02	514.884	41,03	363.594	65,25

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE EM DADOS DO IBGE, 2013.

Na composição do PIB da microrregião, em termos gerais, Ponta Grossa possui a maior concentração de seu PIB no setor de Serviços (45,6%) e de Indústria (29,7%). Os demais municípios possuem o setor agropecuário bem mais expressivo, devido às características agroindustriais da região.

Enquanto Ponta Grossa apresentou 2,08% de participação em 2014, Palmeira apresentou 29,1%, seguido por Castro com 19,3%, e então Carambeí com 18,2%. Vale destacar, ainda que o setor Serviços é expressivo em todos os municípios da microrregião.

Com base no modelo do Ciclo Vicioso do Desenvolvimento de Nurkse e do ponto de vista do crescimento econômico observa-se que Ponta Grossa apresenta uma dinâmica de crescimento expressivo, o que é um componente primordial para um

processo de desenvolvimento econômico virtuoso.

Para verificar esta evolução positiva, faz-se necessário avaliar a dinâmica da economia local considerando-se uma das principais variáveis que compõe o PIB: o VAB - Valor Adicionado Bruto. Este indicador mede o valor que a atividade produtiva agrega aos bens e serviços consumidos em seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas realizadas no município, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades. Quanto menor for o valor da contribuição do valor adicionado ao PIB, menos benefícios econômicos estão sendo gerados pela atividade em questão.

Quando se avalia a situação da dinâmica econômica em Ponta Grossa, considerando o ciclo recente 2010-2014, obtém-se a configuração apresentada na Tabela 13:

TABELA 13 – PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO NO PIB DOS SETORES ECONÔMICOS DE PONTA GROSSA

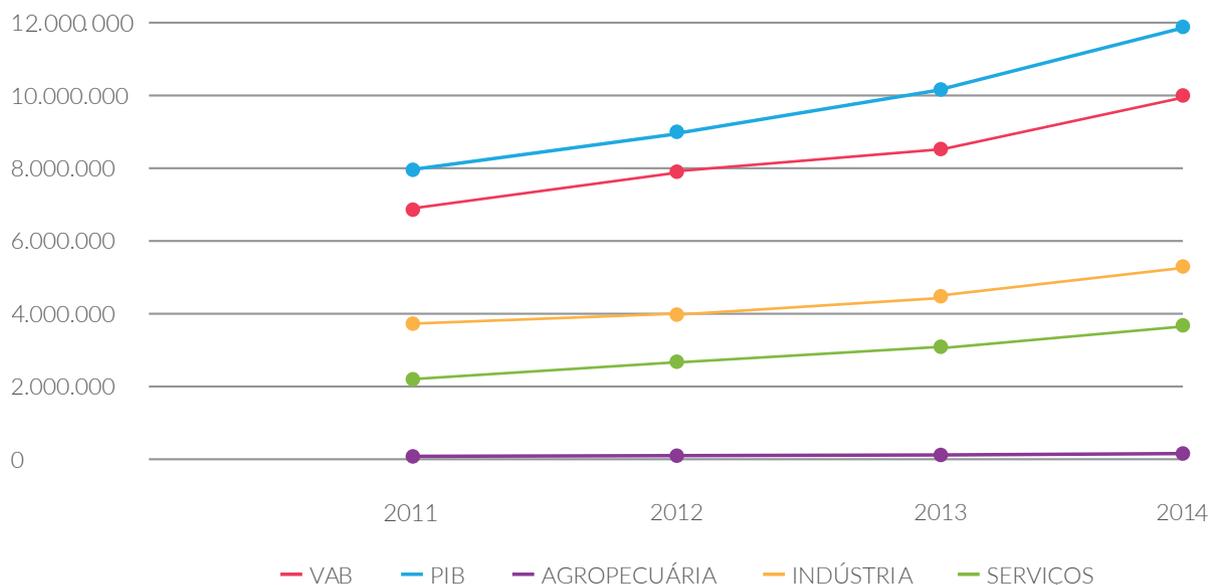
	2011		2012		2013		2014	
PIB	7.875.097		8.947.800		10.302.144		11.598.200	
VAB	6.898.404	87,58%	7.836.836	87,58%	8.992.016	87,28%	10.121.205	87,27%
AGROPECUÁRIA	157.280	2%	232.453	2,60%	276.528	2,68%	3241.812	2,08%
INDÚSTRIA	2.659.065	33,77%	2.864.894	32,02%	3.085.687	29,95%	3.453.760	29,78%
SERVIÇOS	3.328.683	42,27%	3.884.272	43,41%	4.615.646	44,80%	5.294.536	45,65%

| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE EM DADOS DO IBGE, 2010-2014.

O Valor Adicionado Bruto em Ponta Grossa nos últimos quatro anos se mantém a uma média estável de 87%, sendo o setor de serviços o que mais contribui para a formação do VAB e o único setor que apresentou crescimento relevante ao longo do período em análise. Entre 2010 e 2014 sua participação no PIB aumentou em 3,4 pontos percentuais, passando de 42,27% para 45,65% do VAB. A indústria, contudo, viu sua participação reduzir 4 pontos percentuais, enquanto seu valor adicionado cresceu 63,76%, passando de R\$ 2,6 bilhões para R\$ 3,4 bilhões no período. Já o setor agropecuário manteve sua participação estável, em torno de 2%, embora o VAB tenha crescido 84%, de R\$ 157,2 milhões para R\$ 241,8 milhões.

Em conjunto, os setores apresentaram valor adicionado bruto em crescimento no período 2010-2014, exceto a agropecuária de 2013 para 2014, que teve sua participação reduzida em 12,55%. O Gráfico 17, abaixo, ilustra a dinâmica econômica de Ponta Grossa no período 2010-2014, em valores correntes.

GRÁFICO 17 – AVALIAÇÃO DA DINÂMICA ECONÔMICA DE PONTA GROSSA



| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE EM DADOS DO IBGE, 2010-2014

Os dados, de forma geral, demonstram que a economia do município foi muito favorável quando avaliada o período em questão, apresentando crescimento em todos os setores econômicos, o que contribuiu para o desenvolvimento local. O fato de o valor agregado estar em franca expansão em praticamente todos os setores demonstra que há um aumento

constante de efeitos multiplicadores na economia de Ponta Grossa.

4.2 AVALIAÇÃO DA DINÂMICA DO INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO REGIONAL

Ainda dentro do arcabouço teórico apresentado, segue-se análise agora dentro da perspectiva de atração de capital. Considerando que, com uma dinâmica positiva de crescimento de PIB e renda per capita o ambiente se torna favorável para novos investimentos e incremento do mercado local, foi avaliada a dinâmica do investimento estrangeiro direto no Estado e, especificamente, a parcela do capital estrangeiro atraída pelo Estado que foi direcionada

ao município de Ponta Grossa no período recente.

Com dados apurados do serviço de acompanhamento do investimento estrangeiro fornecidos pelo Financial Times foi possível verificar quais projetos, seus valores investidos e a perspectiva de empregos gerados. Na Tabela 14 a demonstração do quadro de investimentos estrangeiros no Paraná e também em Ponta Grossa.

TABELA 14 – INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO EM PONTA GROSSA, POR SETOR

EMPRESA	PAÍS DE ORIGEM	DATA DO PROJETO	SETOR	CAPEX (US\$ MIL)	TOTAL DE EMPREGO	TIPO DE PROJETO
Heineken	Netherlands	OCT-14	Beverages	66,53	80	EXPANSÃO
Tetra Laval	Switzerland	JAN-12	Paper & Printing	86	150	EXPANSÃO
Continental	Germany	DEC-11	Automotive Components	8,20	40	EXPANSÃO
Masisa	Germany	NOV-11	Chemicals	30,30	35	EXPANSÃO
Paccar	United States	FEB-11	Automotive OEM	200	500	NOVO
Continental	Germany	APR-10	Industrial Machinery	13,31	60	NOVO
Crown Holdings	Germany	JUL-14	Metals	1	-	NOVO
Crown Holdings	France	APR-03	Food & Tobacco	17	-	EXPANSÃO

| FONTE: FINANCIAL TIMES, FDI MARKET, 2017.

4.3 INDICADORES DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA DA REGIÃO DE PONTA GROSSA

Ao longo da história, algumas regiões, principalmente aquelas onde eram notáveis concentrações de empresas de determinados setores industriais, se destacaram por apresentar um desempenho econômico superior à média da economia em que se inseriam. A concentração geográfica e setorial das empresas é capaz de proporcionar economias externas aos produtores que beneficiam sua competitividade. A vantagem competitiva das empresas advém dos efeitos de externalidades associados à disponibilidade de mão de obra especializada no interior da aglomeração, ao ambiente de negócios, o acesso a fornecedores de insumos e equipamentos, as economias externas (tais como menores custos de transporte, infraestrutura, dentre outros) e os benefícios das economias de aglomeração.

Para identificação das principais aglomerações produtivas em Ponta Grossa foi calculado o QL – Quociente Locacional. Em relação aos valores dos índices que podem ser considerados aglomeração, segue-se o conceito adotado por Suzigan et al (2003), que estabelecem que o valor do QL deve ser superior a 2. Estes cálculos foram realizados de modo a medir as vantagens competitivas geradas pelas especializações produtivas existentes.

A metodologia consiste na elaboração de coeficientes de Gini locais com base nos dados da RAIS/MTE para os setores produtivos e por municípios (ou microregiões), o que permite verificar quais são as indústrias mais concentradas espacialmente.

A RAIS constitui uma base de dados que, para os propósitos deste trabalho, apresenta informações sobre o volume de emprego e o número de estabelecimentos de uma determinada localidade.

Os dados sobre QL por município, conjugados com outro sobre participação relativa do município no total do emprego e no número de estabelecimentos da indústria, constituem a base da análise realizada nesse estudo.

4.3.1 QL NA INDÚSTRIA

Para obtenção do Quociente Locacional da Indústria em Ponta Grossa utilizou-se a forma tradicional de cálculo, com base no número de estabelecimentos de cada setorem comparação ao número de estabelecimentos do mesmo setor no Estado. De forma similar, foi analisado o peso do emprego nos estabelecimentos existentes no município comparativamente aos empregos do mesmo setor no Estado.

O recorte metodológico utilizado foi selecionado a partir dos setores da indústria, desagregados ao nível da CNAE três dígitos. A Tabela 15 mostra os segmentos industriais que possuem maior QL do município.

TABELA 15 - CONCENTRAÇÃO LOCACIONAL DA INDÚSTRIA DE PONTA GROSSA

INDÚSTRIA	QL
Fabricação de Veículos Ferroviários	21,42
Fabricação de Bebidas Alcoólicas	16,46
Fabricação de Máquinas-Ferramenta	10,83
Fabricação de óleos e Gorduras Vegetais e Animais	8,25
Preparação e Fiação de Fibras Têxteis	6,61
Fabricação de Produtos de Borracha	5,27
Fabricação de Embalagens de Papel, Cartolina, Papel-Cartão	4,98
Fundição	4,42
Fabricação de Brinquedos e Jogos Recreativos	4,41
Fabricação de Estruturas Metálicas e Obras de Caldeiraria Pesada	3,89

| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE NA RAIS/MTE, 2015

4.3.2 QL NO COMÉRCIO

Com o objetivo de identificar setores com especializações produtivas no setor comercial, foi realizada a análise de QL do comércio, com a finalidade de avaliar a dinâmica do mercado local. Em geral os cálculos de aglomerações produtivas são utilizados para a indústria, porém, para o objetivo específico deste projeto, procurou-se avaliar também o setor do Comércio. A configuração deste setor é apresentada na Tabela 16:

TABELA 16 – CONCENTRAÇÃO LOCACIONAL DO COMÉRCIO DE PONTA GROSSA

COMÉRCIO	QL
MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	1,68
COMÉRCIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	1,41
COMÉRCIO VAREJISTA NÃO-ESPECIALIZADO	1,24
COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	1,13
COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	1,06
COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS PERFUMARIA	1,02
COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS	1,01
COMÉRCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO	1,00

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE NA RAIS/MTE, 2015.

Considerando os cálculos tradicionais de aglomerações produtivas, não foi verificada nenhuma aglomeração expressiva no Comércio, quando comparado ao estado. Contudo, percebe-se a forte presença de comércio relacionado a veículos automotores, como Manutenção e Reparação, que apresentou maior QL, comércio de Veículos Automotores e Comércio de Peças e Acessórios para Veículos Automotores.

4.3.3 QL NOS SERVIÇOS

Com o mesmo propósito de avaliar as aglomerações significativas dentro do município, o raciocínio considerado em outros setores foi aplicado ao setor de Serviços. Observa-se algumas atividades que atingiram um grau de concentração identificadas à luz dos cálculos tradicionais, quando comparados ao Estado.

Os dados de concentração locacional do setor de serviços, lembrando que tradicionalmente esta medição não é aplicada ao setor de serviços, são apresentados na Tabela 17.

TABELA 17 – CONCENTRAÇÃO LOCACIONAL DO SETOR DE SERVIÇOS EM PONTA GROSSA

SERVIÇOS	QL
ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E APOSTAS	5,25
ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PRESTADAS EM RESIDÊNCIAS COLETIVAS E PARTICULARES	4,95
SEGURIDADE SOCIAL OBRIGATÓRIA	4,76
ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES TERRESTRES	3,50
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	2,92
ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CRIATIVAS E DE ESPETÁCULOS	2,81
ENSINO MÉDIO	2,80
OUTRAS ATIVIDADES DE TELECOMUNICAÇÕES	2,12
TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA	2,09
TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIRO	2,06

| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE NA RAIS/MTE, 2015.

Identifica-se concentração em Atividades de Exploração de Jogos de Azar e Apostas, assim como Assistência Social e Seguridade Social Obrigatória. A maioria dessas atividades que apresentam concentração o fazem principalmente devido ao fato de Ponta Grossa ser um grande centro urbano. Contudo, percebe-se também concentração em Atividades Auxiliares dos Transportes Terrestres e Transporte Rodoviário de Carga, em função da forte atividade industrial da região, dentre outros motivos.

Após a análise dos três segmentos produtivos mais representativos e considerando as informações relativas às concentrações produtivas no município de Ponta Grossa, pode-se verificar que o maior potencial econômico está centrado na indústria, que apresenta as maiores concentrações em segmentos específicos com capacidade de desencadeamento produtivo.

4.4 AVALIAÇÃO DO ÍNDICE DE COMPLEXIDADE ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

Além das avaliações clássicas de Quociente Locacional, este estudo também avança em análises mais avançadas para traçar um perfil mais detalhado das atividades econômicas desenvolvidas no município. Estas abordagens são possíveis porque existem ferramentas computacionais que executam este trabalho.

4.4.1 PLATAFORMA TECNOLÓGICA PARA ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

No tocante às ferramentas para análises mais sofisticadas, utiliza-se neste trabalho a plataforma DataViva. Trata-se de uma plataforma aberta de pesquisa, que permite ao usuário acessar mais de um bilhão de visualizações com dados socioeconômicos dos mais de cinco mil municípios brasileiros. É uma iniciativa do Governo de Minas Gerais e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), fruto de uma parceria com pesquisadores do MIT MEDIA Lab, um dos principais centros de inovação do mundo, o DataViva foi elaborado

inicialmente para auxiliar a política de desenvolvimento econômico do governo do Estado de Minas Gerais, o projeto surgiu a partir da necessidade de tornar o acesso aos dados sobre a economia brasileira mais fácil e intuitivo.

Um dos pilares de concepção do DataViva é a tecnologia do BigData, técnica de geração de conhecimento e inteligência a partir do processamento de um grande volume de dados. Baseado em referências internacionais, o projeto disponibiliza, na versão atual, dados nacionais do período entre 2005-2016, referentes à economia, educação, indústria, mercado de trabalho, entre outras categorias, visualizados por localidade. Ao proporcionar o acesso livre e gratuito a essas informações, o DataViva disponibiliza um conhecimento mais detalhado da economia brasileira, gerando insumos para o planejamento e a tomada de decisão por parte de empresários, estudantes, investidores e profissionais de qualquer setor econômico e a partir de qualquer lugar do mundo.

4.4.2 AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE COMPLEXIDADE DA ECONOMIA DE PONTA GROSSA

Freitas e Andrade (2015) afirmam que a busca pela identificação de fatores que possam explicar a grande heterogeneidade no desenvolvimento econômico e na qualidade de vida dos países ou regiões. Para avaliação destas questões parte-se de uma metodologia chamada Product Space que, por meio dos dados de exportações estabelece associações que permitem identificar os novos produtos que podem alavancar o desenvolvimento econômico de cada localidade. A metodologia analisa se há evidências de autocorrelação espacial no nível de sofisticação dos municípios a partir da análise exploratória de dados especiais das exportações, diversidade e da sofisticação dos mesmos. Diante disso é possível formular algumas questões que poderão ser observadas através dos dados a serem levantados como:

- Entender onde e por que atividades econômicas se localizam no espaço;
- Adoção de estratégias para obter a maximização individual de cada setor;
- Adoção de parâmetros que resultem em alterações na estrutura espacial;
- Interações que promovam retornos crescentes no nível da empresa, custo de transporte e mobilidade de fatores de produção, de forma que haja alterações na estrutura espacial e nas atividades econômicas.

O modelo do Product Space propõe que a possibilidade de ser competitivo na produção e exportação de determinado produto depende, além da dotação de recursos mensuráveis – como infraestrutura, terra, capital humano e tecnologia, consideradas na teoria econômica tradicional – de uma gama de recursos intangíveis, chamados capabilities (capacidades). É a disponibilidade destas capabilities e sua sofisticação que vai determinar as perspectivas de desenvolvimento econômico de cada região.

Assim, para melhor entendimento das correlações produtivas de Ponta Grossa, foram inicialmente verificados os números do município, no que se refere a:

- | | |
|--------------------------------------|---|
| a) Espaço do comércio internacional; | c) Espaço do nível educacional; e |
| b) Espaço do mercado de trabalho; | d) Espaço das oportunidades econômicas. |

A seguir, o detalhamento de cada um destes espaços.

FIGURA 5 - ESPAÇO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Comércio Internacional (2016)

PRINCIPAL PRODUTO por Valor Exportado	PRINCIPAL PRODUTO por Valor Importado	TOTAL DE EXPORTAÇÕES
FARELO DE SOJA USD 460 Milhões	SOJA USD 49,7 Milhões	USD 1,12 Bilhões
TOTAL DE IMPORTAÇÕES	PRINCIPAL DESTINO por Valor Exportado	PRINCIPAL ORIGEM por Valor Importado
USD 352 Milhões	CHINA USD 208 Milhões	CHINA USD 59 Milhões

| FONTE: DATAVIVA

O espaço do comércio internacional avalia as transações realizadas pelo município em relação às exportações e importações realizadas. No que se refere aos principais produtos, Ponta Grossa exportou USD 1,12 bilhão e importou USD 352 milhões em 2016. O principal produto exportado foi o Farelo de Soja (USD 460 milhões) e o importado foi Soja (USD 49,7 milhões). O destino principal do comércio internacional foi a China, com 19% das exportações e 17% das importações. Vale destacar que o Paraguai é o segundo país com maior contribuição para as importações, com 16%. Nas exportações, em segundo lugar aparece o Irã, com 10% do total.

Vale destacar que o comércio internacional reflete a complexidade econômica da localidade, considerando-se sua base produtiva, que no caso de Ponta Grossa está predominantemente relacionada a indústria da soja. Vale destacar também que isso ocorre em função de empresas de grande porte localizadas no município, como Bunge e Cargill, que são exportadoras de segmento.

Os três produtos mais exportados são Farelo de Soja, Soja e Óleo de Soja, que juntos respondem por 72% das exportações do município.

53

FIGURA 6 - ESPAÇO DO MERCADO DE TRABALHO

Salário e Emprego (2014)

PRINCIPAL ATIVIDADE ECONÔMICA por Empregos	PRINCIPAL OCUPAÇÃO por Empregos	RENDA MÉDIA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL 7,73 Mil	ASSISTENTES ADMINISTRATIVOS 8,27 Mil	R\$ 2,05 Mil
MASSA SALARIAL	TOTAL DE EMPREGOS	
R\$ 181 Milhões	88,4 Mil	

| FONTE: DATAVIVA

Quanto ao mercado de trabalho, cujas informações foram analisadas no Capítulo 2 deste, a maior concentração de empregados se dá na atividade econômica Administração Pública Geral, com 7,73 mil empregos em 2014, quando o total de empregados no município foi de 88,4 mil. A principal ocupação por volume de empregos de assistentes administrativos, com 8,27 mil empregados.

A massa salarial total observada em 2014 foi de R\$ 181 milhões em 2015.

FIGURA 7 - ESPAÇO DO NÍVEL EDUCACIONAL

Educação (2015)



| FONTE: DATAVIVA

O Espaço do nível educacional avalia quatro diferentes vertentes, considerando-se o número de matrículas, quais sejam: universidade, curso de ensino superior, escola e curso básico. Em Ponta Grossa, segundo dados do DataViva (2015), o maior número de matrículas está na Universidade Estadual de Ponta Grossa, com mais de sete mil alunos. O município possui um total de 2,98 mil matrículas no curso de Direito, o mais procurado com um total de 14,8% das matrículas. Em seguida aparece Administração, com 11,4% das matrículas.

cação profissionalizante, 15,9% dos alunos cursam eletromecânica (727 matriculados), seguido por 7,5% em Administração e 7,1% em Enfermagem.

Em relação aos cursos de nível superior, observa-se que estas escolhas impactam na atração de investimentos, na medida em que a mão de obra não está voltada às formações que as empresas mais necessitam tais como engenheiros, eletrotécnicos, cientistas da computação, matemáticos, etc.

Em nível fundamental e médio, o maior número de matrículas é no Colégio Estadual Prof. Elzira Correia Sá, com 2,06 mil alunos. Já com relação à edu-

FIGURA 8 - ESPAÇO DAS OPORTUNIDADES ECONÔMICAS

Oportunidades Econômicas (2015)



| FONTE: DATAVIVA

Com base nos dados da plataforma DataViva, pode-se verificar que o município de Ponta Grossa possui como atividade econômica com menor distância o Cultivo de Soja. Já com relação aos maiores ganhos de oportunidade – que mede os novos conhecimentos produtivos que serão adquiridos por uma região quando ela desenvolver vantagem comparativa em um produto – os Haletos (produtos químicos utilizados em diversas indústrias, como solventes, inseticidas, gás de refrigeração, entre outros) aparecem como o produto de maior ganho e o cultivo de soja a atividade econômica de maior ganho.



**Resultado da Análise
de Percepção Realizada
no Município**

A pesquisa de Percepção de Estrutura pode ser utilizada nas mais variadas áreas do conhecimento, com esta análise pode-se determinar as necessidades de uma população e propor melhorias.

Para alcançar o objetivo proposto, foi aplicado um questionário com finalidade de realizar o diagnóstico da percepção do ambiente de negócios do município. O questionário, criado pela Agência Paraná de Desenvolvimento, é composto por 165 questões distribuídas em 11 grandes temas, relacionadas à estrutura local, quais sejam. Em Ponta Grossa, houveram 48 respondentes, entre membros da Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa ACIPG, membros das Secretarias Municipais, de empresas associadas, de entidades parceiras como Sebrae, Federação das Indústrias/SESI-SENAI-IEL, Universidades e instituições voltadas ao desenvolvimento local.

TABELA 18 - GRANDES TEMAS PARA ANÁLISE DE PERCEPÇÃO

Nº	QUESTÕES
1	Condições de Infraestrutura
2	Base Empresarial
3	Clima de Investimento
4	Mercado
5	Estrutura Urbana
6	Condição Social
7	Base Educacional
8	Condições e Relações de Trabalho
9	Sistema de Ciência e Tecnologia
10	Meio Ambiente
11	Ambiente Institucional

FONTE: QUESTIONÁRIO DE PERCEPÇÃO DE ESTRUTURA

Segundo Tripodi et al (1981, p. 337), estudos exploratórios têm o objetivo principal de desenvolver ideias e hipóteses. O estudo é classificado de exploratório porque os objetivos primordiais da investigação são refinar conceitos e desenvolver hipóteses para pesquisas posteriores.

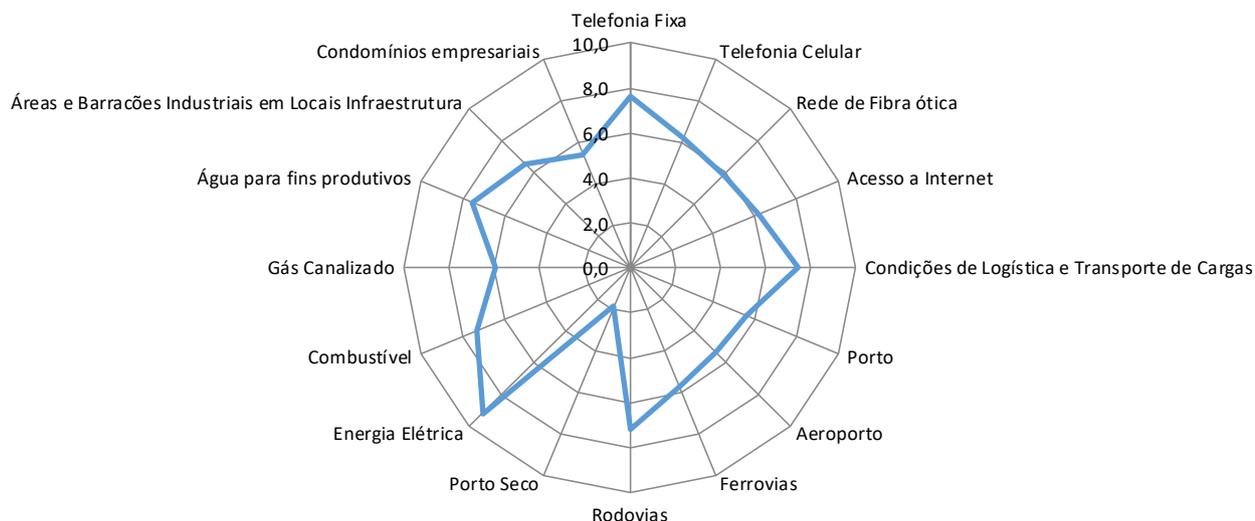
Estudos quantitativos procuram identificar e quantificar as variáveis e os fenômenos a serem analisados, os quais expõem a necessidade de uma amostra significativa que possibilite a sua quantificação, bem como a identificação de dados que demonstrem, de forma geral e intuitiva, qual é a sensação das pessoas em relação aos fatos que lhes são colocados.

Para aplicação do referido questionário, ao fim da reunião técnica de apresentação do projeto, foi solicitado aos participantes que atribuíssem, de forma espontânea, intuitiva e considerando sua base de conhecimento da realidade local, notas variando entre zero (0) a dez (10), sendo 10 para muito positiva e zero para negativa ou ausência. Os resultados apurados estão demonstrados nos gráficos a seguir.

5.1 CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA

Quando perguntados sobre qual seria a percepção do grupo em relação aos tópicos de infraestrutura geral, os mesmos atribuíram notas que resultaram em uma média geral de 6,6 pontos.

GRÁFICO 18 – CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA



| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA – QUESTIONÁRIO DE ANÁLISE DE PERCEÇÃO

O maior destaque foi para Energia Elétrica (9,1), Telefonia Fixa (7,6) e Água para fins produtivos (7,6). A infraestrutura possui papel central na atração de investimento. Um parque industrial equipado, fornecimento de energia elétrica e água para fins produtivos, assim como rede e telecomunicações adequadas são essenciais para a instalação de novas empresas na região.

Outro aspecto importante é a infraestrutura de logística, que inclui rodovias, ferrovias, portos, portos secos e atividades de apoio. A importância dessa estrutura se dá tanto na logística de insumos para o setor produtivo como para o escoamento e comercialização da produção. Ponta Grossa apresenta uma das melhores infraestruturas produtivas do Paraná, porém existem alguns pontos que apresentam potencial de melhoria: as piores pontuações na pesquisa de percepção referem-se a Porto Seco (1,8 pontos), Aeroporto (5,3), Condomínios Empresariais (5,5) e Porto (5,6).

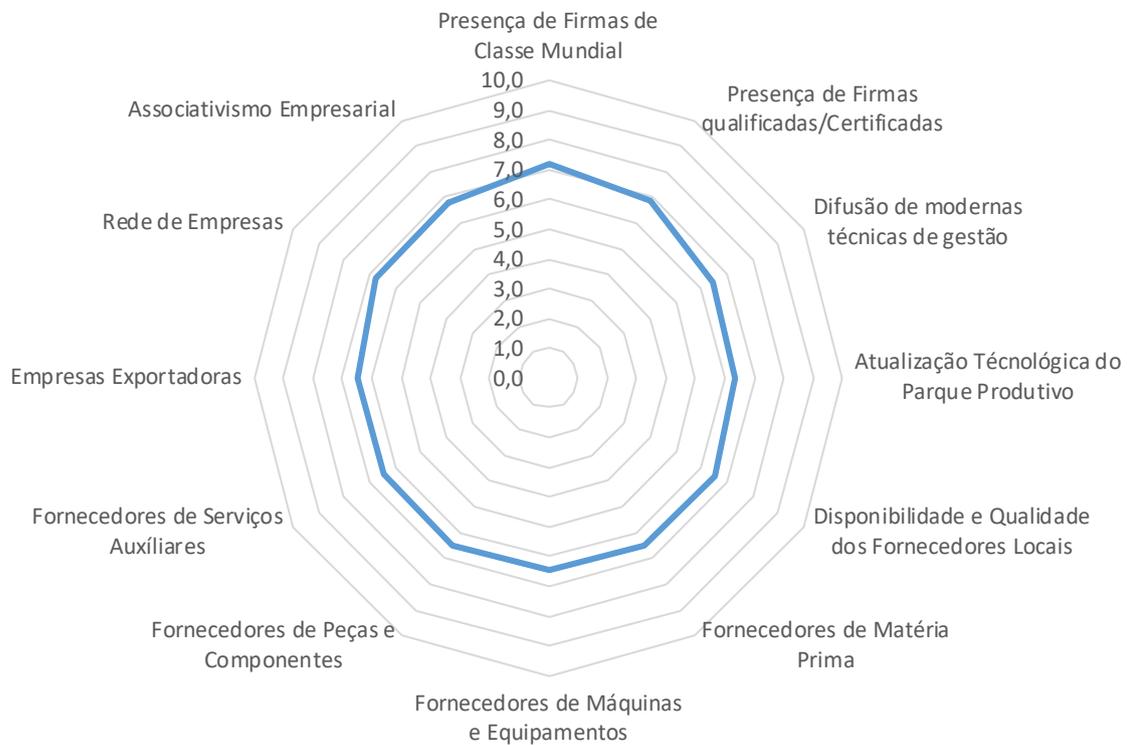
5.2 BASE EMPRESARIAL

A conceituação da base empresarial, sob a ótica proposta, tem a finalidade de avaliar toda a estrutura de representação do empresariado, abrangendo os pontos que permitem identificar se há, no local, sustentação para o franco desenvolvimento das empresas de diversos portes.

A média da pontuação de Ponta Grossa em relação à sua Base Empresarial é de 6,6.

A conceituação da base empresarial, sob a ótica proposta, tem a finalidade de avaliar toda a estrutura de representação do empresariado, abrangendo os pontos que permitem identificar se há, no local, sustentação para o franco desenvolvimento das empresas de diversos portes.

GRÁFICO 19 – BASE EMPRESARIAL



| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA – QUESTIONÁRIO DE ANÁLISE DE PERCEPÇÃO

Quando perguntados sobre esta questão, os itens melhor avaliados são Presença de firmas de classe mundial (7,2) e Presença de firmas qualificadas/certificadas (6,9). O pior resultado relaciona-se ao Associativismo Empresarial, com 5,8 pontos. Vale destacar também a baixa pontuação em Atualização Tecnológica do Parque Produtivo (6,3) e Fornecedores de Máquinas e Equipamentos (6,4). A Base Empresarial diz respeito às empresas já instaladas na região de Ponta Grossa, assim como o relacionamento entre elas e a troca de tecnologia produtiva e de gestão. Uma base empresarial de alta qualidade implica uma extensa rede de fornecedores locais, de serviços de apoio às indústrias, de empresas que realizem o escoamento da produção (como exportadoras) e de associativismo empresarial. Além disso, analisando-se a base empresarial, é possível identificar a presença de empresas internacionais, de classe mundial e de alta qualificação técnica, as quais promovem intensas externalidades positivas e servem de termômetro do ambiente de investimento local.

5.3 CLIMA DE INVESTIMENTOS

A avaliação do Clima de Investimentos refere-se aos aspectos municipais ligados ao ambiente econômico e social que contribuem para ou atrapalham a atração de investimentos e permanência de empresas no município. A pontuação média do quesito Clima de Investimentos foi de 5,9 pontos, considerada uma pontuação baixa no âmbito desta análise.

GRÁFICO 20 - CLIMA DE INVESTIMENTOS



| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA - QUESTIONÁRIO DE ANÁLISE DE PERCEÇÃO

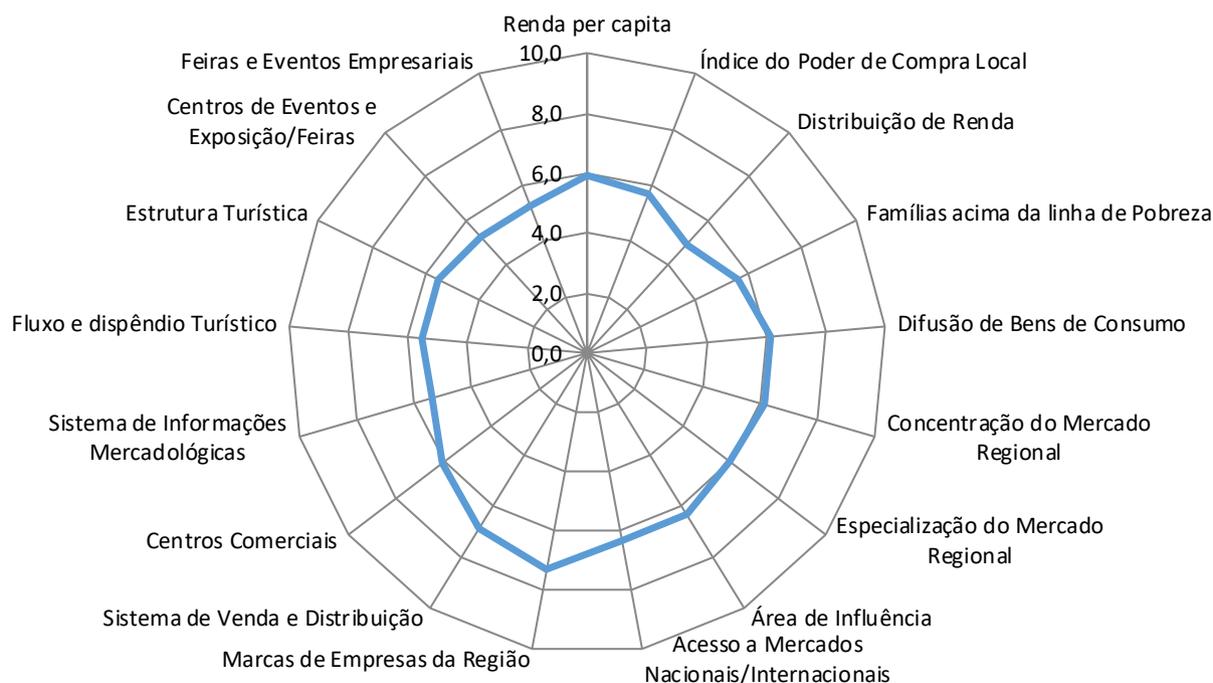
Os destaques foram os itens Fluxo de Investimentos Recentes (6,8 pontos) e Empreendedorismo (6,8). Por outro lado, os itens pior avaliados foram Agilidade, Facilidade e Custo de Abertura de novas, com 5,4 pontos, seguido por Instrumentos financeiros e Incentivos para Grupos Locais, com 5,5 pontos cada. O clima de investimento é naturalmente fator central na atração de investimentos. Os aspectos nele compreendidos são relativos à abertura de novas empresas e às facilidades relativas ao início da fase produtiva e da expansão da produção.

Incentivos fiscais e mecanismos facilitadores de abertura de empresa garantem atratividade do município. Um bom clima de investimento se manifesta, por exemplo, em feiras de negócios, marketing regional, atendimento especial a novos investidores e preparo técnico das autoridades e das empresas locais para auxiliar a implantação de novos empreendimentos.

5.4 MERCADO

Na avaliação do mercado foram aplicadas questões com o objetivo de entender como seria o ambiente para negócios sob o ponto de vista da facilidade de negociação, bem como de sua dinâmica. Aspectos como renda, estrutura comercial, mercado regional e outros, como turismo, evidenciam esta relação.

GRÁFICO 21 - MERCADO



| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA - QUESTIONÁRIO DE ANÁLISE DE PERCEPÇÃO

Quando questionados sobre a percepção do mercado local, a maioria dos participantes atribuiu notas entre 5 e 6 pontos, com a média ficando em 5,8 pontos. Os quesitos com maior pontuação foram Marcas de Empresas de Região (7,3) e Sistema de Vendas e Distribuição (6,8), enquanto os quesitos com menor pontuação foram Distribuição de Rendas (4,9) e Feiras e Eventos Empresariais (5,2 pontos).

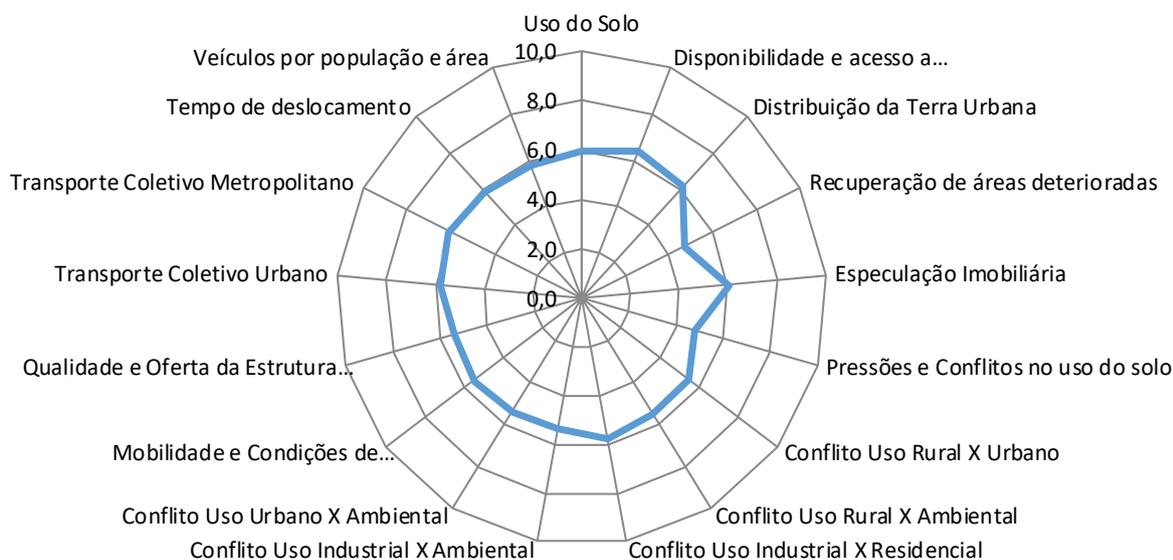
A avaliação do mercado é essencial para evidenciar se o consumo local é um fator atrativo ao investimento. Aspectos como a renda da população local, a estrutura de comércio, o turismo e a distribuição de renda definem o tamanho do mercado local. Além disso, é importante observar se existe alguma especialização do comércio, geralmente relativa a especializações já verificadas no setor produtivo, o que indica maior facilidade para vender a produção devido ao know-how adquirido pelas empresas do comércio local. Ademais, no caso das empresas que produzam para atender outros mercados que não o local, o acesso a mercados nacionais e internacionais é fator central no processo de decisão de novos investimentos.

5.5 ESTRUTURA URBANA

Estrutura urbana é o conjunto de infraestruturas que constituem o espaço da aglomeração urbana e do conjunto das instalações dos processos individuais de produção e reprodução que ocupam as localizações daquele espaço, tal como o uso do solo. Uma representação da estrutura urbana é sempre parcial, focando alguns aspectos essenciais.

As questões apresentadas ao grupo procuraram evidenciar como se dá a divisão do espaço em Ponta Grossa, principalmente buscando identificar se há, no local, conflitos relacionados à sua distribuição.

GRÁFICO 22 – ESTRUTURA URBANA



| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA – QUESTIONÁRIO DE ANÁLISE DE PERCEPÇÃO

A média geral atribuída foi de 5,6 pontos, considerada baixa, o que identifica que há conflitos relacionados ao uso do espaço físico. O item Disponibilidade e acesso a terrenos urbanos foi o mais bem avaliado, com 6,4 pontos. Os aspectos menos favoráveis são os relacionados à Recuperação de áreas deterioradas (4,7 pontos), assim como os itens Pressões e Conflitos no Uso do Solo (4,8) e Conflito no Industrial X Ambiental (5,3).

5.6 CONDIÇÃO SOCIAL

As questões relacionadas à Condição Social levam em consideração todos os aspectos ligados à qualidade de vida da população em geral, tanto de estrutura local – habitação, saúde e saneamento – quanto de cultura, lazer, segurança e políticas sociais.

O município apresentou uma média de 6,2 pontos neste quesito.

GRÁFICO 23 – CONDIÇÃO SOCIAL



| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA – QUESTIONÁRIO DE ANÁLISE DE PERCEPÇÃO

Os maiores destaques foram Oferta de Água Residencial (7,2), Domicílios Ligados à Rede de Água (7,2) e Domicílios Atendidos com Coleta de Lixo (7,1). Quanto aos quesitos que representam preocupação destacam-se Eventos Culturais e Esportivos (5,2) e Qualidade da Rede de Saúde Pública (5,5).

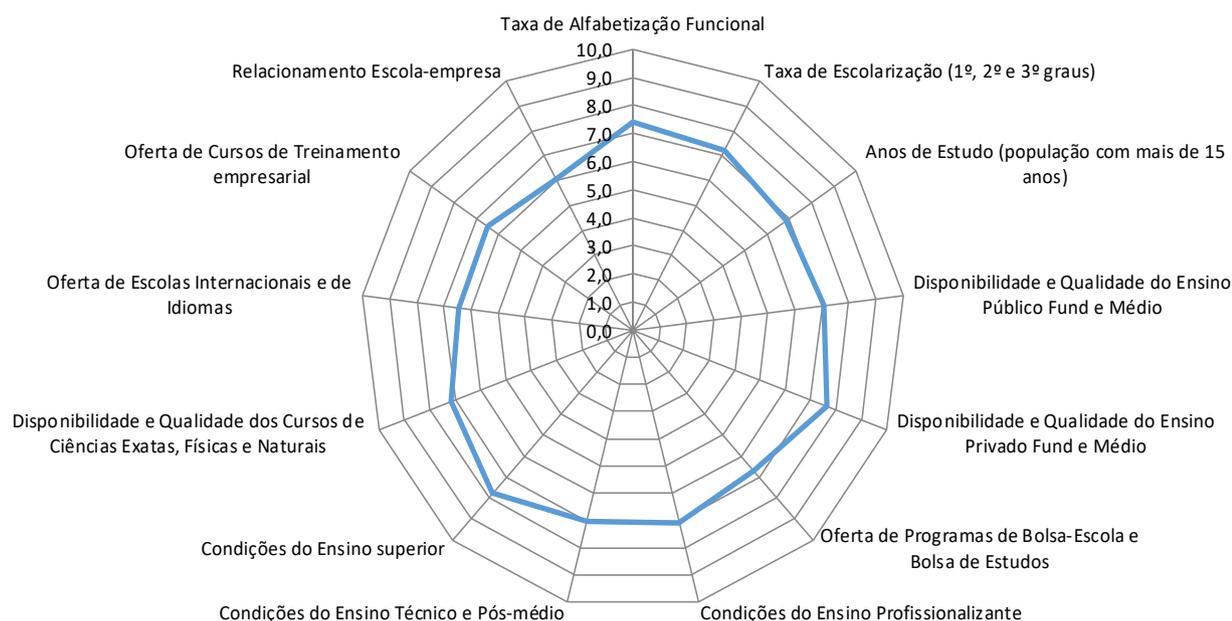
5.7 BASE EDUCACIONAL

Foram avaliados neste tópico 13 itens que descrevem, de modo abrangente, toda a estrutura educacional, bem como a qualidade do ensino. Este tópico em especial é substancialmente importante no que se refere à atração de novos investimentos. A base educacional permite identificar o potencial local na geração de mão de obra qualificada, tanto no presente quanto em relação às perspectivas futuras.

Os aspectos abordados – como Condições de Ensino Profissionalizante e Ensino Técnico e Pós Médio – dão a dimensão de quanto o local está preparado para o fornecimento de mão de obra com potencial produtivo para o desempenho de atividades que exijam complexos graus de compreensão, a médio e longo prazo.

Ao serem perguntados sobre a base educacional em Ponta Grossa, de modo geral, os participantes qualificaram a situação como boa, com pontuação média de 7,0.

GRÁFICO 24 – BASE EDUCACIONAL



| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA – QUESTIONÁRIO DE ANÁLISE DE PERCEÇÃO

Dos 13 itens avaliados, todos foram considerados positivos e a maioria foi bem avaliada, com destaque para Condições do Ensino Superior (7,8) e Disponibilidade e Qualidade do Ensino Privado Fundamental e Médio (7,6). Aqueles que apresentam oportunidades de melhorias referem-se ao Relacionamento Escola-Empresa (6,1) e Ofertas de Escolas Internacionais e de Idiomas e Oferta de Cursos de Treinamento Empresarial (6,5 em ambos).

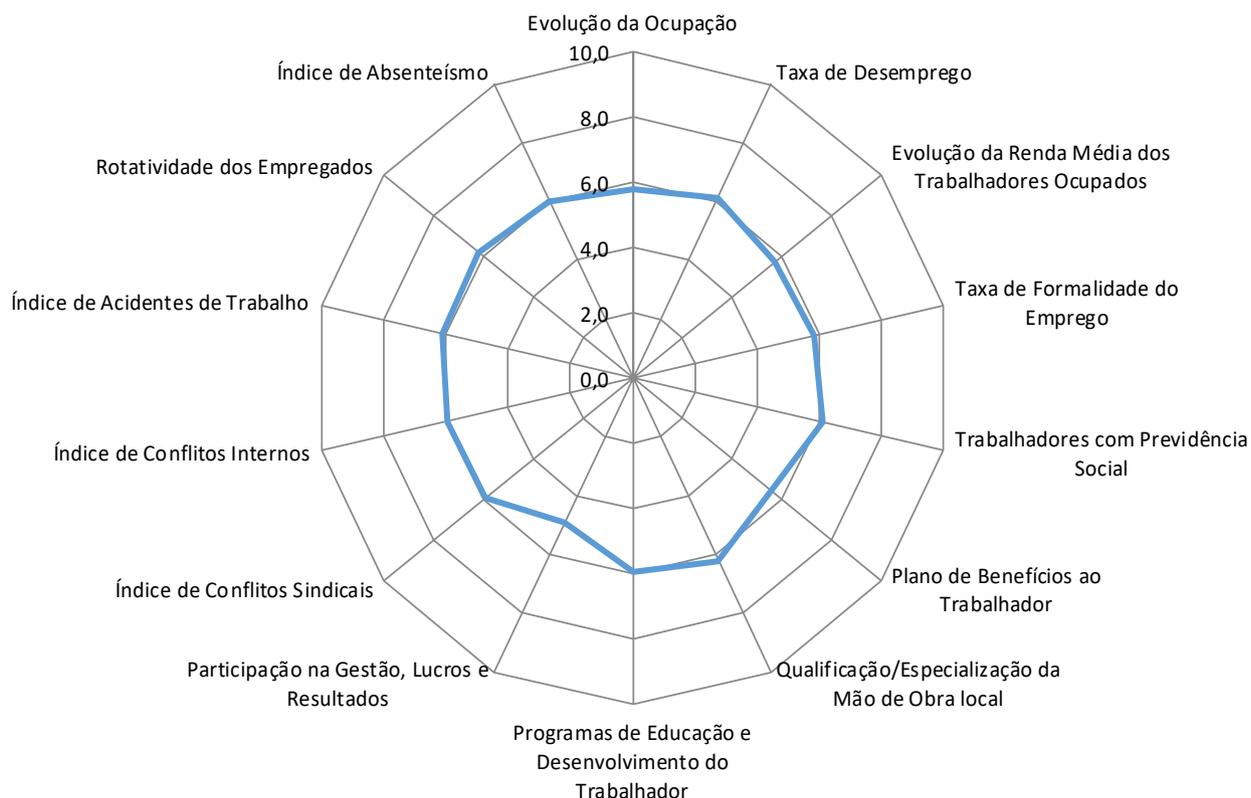
5.8 CONDIÇÕES DE RELAÇÃO DO TRABALHO

A qualidade da mão de obra local é, sem dúvida, um dos aspectos mais importantes quando se avalia o ambiente de negócios, porém, esta análise não está completa até que se verifiquem as condições e o ambiente em que se desenvolvem as relações de trabalho local.

As questões relacionadas à formalização do mercado de trabalho local, bem como as condições oferecidas aos empregados locais são todos elementos passíveis de conflitos, havendo necessidade de ter no local uma estrutura que possa trabalhar na mediação e solução dos entraves entre trabalhadores e empresários.

Além de se garantir um ambiente de trabalho saudável, a estabilidade nas relações trabalhistas é de fundamental importância para a manutenção dos níveis de produtividade.

GRÁFICO 25 – CONDIÇÕES E RELAÇÕES DO TRABALHO



| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA - QUESTIONÁRIO DE ANÁLISE DE PERCEPÇÃO

Ao serem questionados sobre como seriam as Condições e Relações do Trabalho local, os participantes classificaram os itens com média de 5,9 pontos, que mostra um nível de instabilidade das relações trabalhistas preocupante para a administração pública. Os itens pior avaliados foram Participação na

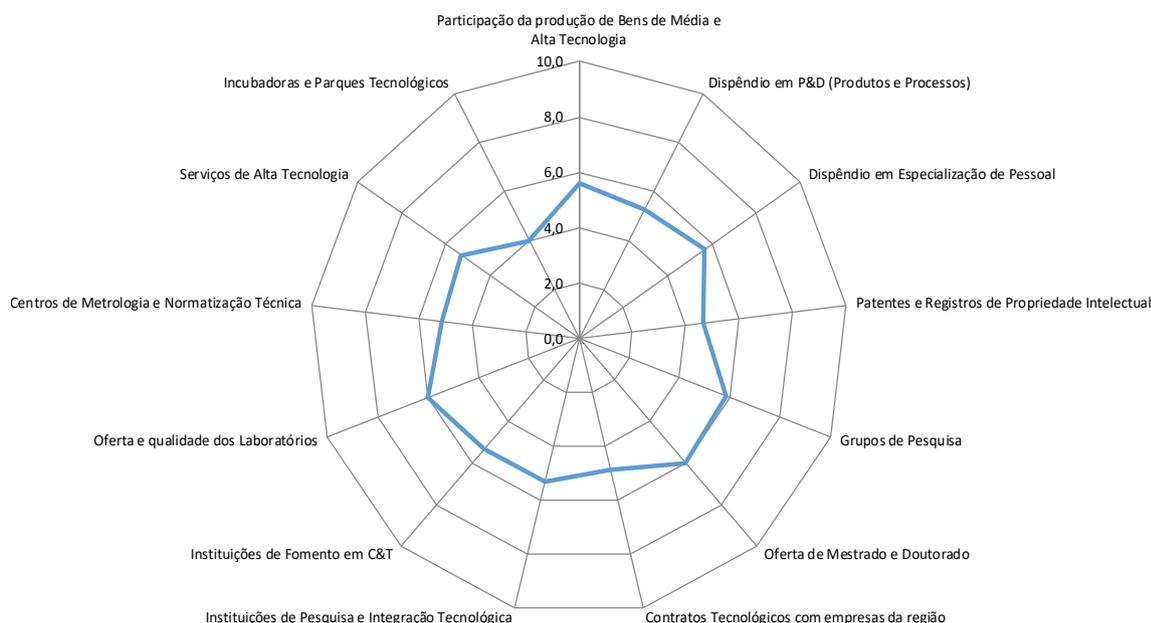
Gestão, Lucros e Resultados (4,9) e Plano de Benefícios ao Trabalhador (5,5). Já os com avaliação mais alta foram Rotatividade de Empregos, Taxa de Desemprego e Qualificação/Especialização da Mão de Obra, todos com 5,2 de média.

5.9 SISTEMA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Para Cassiolato e Lastres (2005), a política de inovação deve apresentar claramente um viés pró-emprego. Assim, o governo deveria estimular, com clareza, sistemas produtivos e inovativos caracterizados pela alta importância de inovações de produto, dado que estes tendem a apresentar um efeito líquido positivo de geração de novos empregos. Por outro lado, sistemas produtivos e inovativos nos quais as inovações de processo são mais relevantes, deveriam combinar as necessárias políticas de inovação a outras que amortecessem a queda no emprego, resultante deste processo.

Com uma ótica direcionada para as questões de negócios e geração de renda local, o quesito Sistema de Ciência e Tecnologia procura avaliar a percepção dos participantes em relação a questões que demonstrassem qual a composição de Sistemas de Inovação e Tecnologia e de que forma é dada a interação entre o que se é produzido em termos de trabalhos técnicos e científicos, o que exatamente isso tem gerado de inovações e qual a interação entre governo local, empresas e institutos de pesquisa.

GRÁFICO 26 – SISTEMA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA



| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA – QUESTIONÁRIO DE ANÁLISE DE PERCEÇÃO

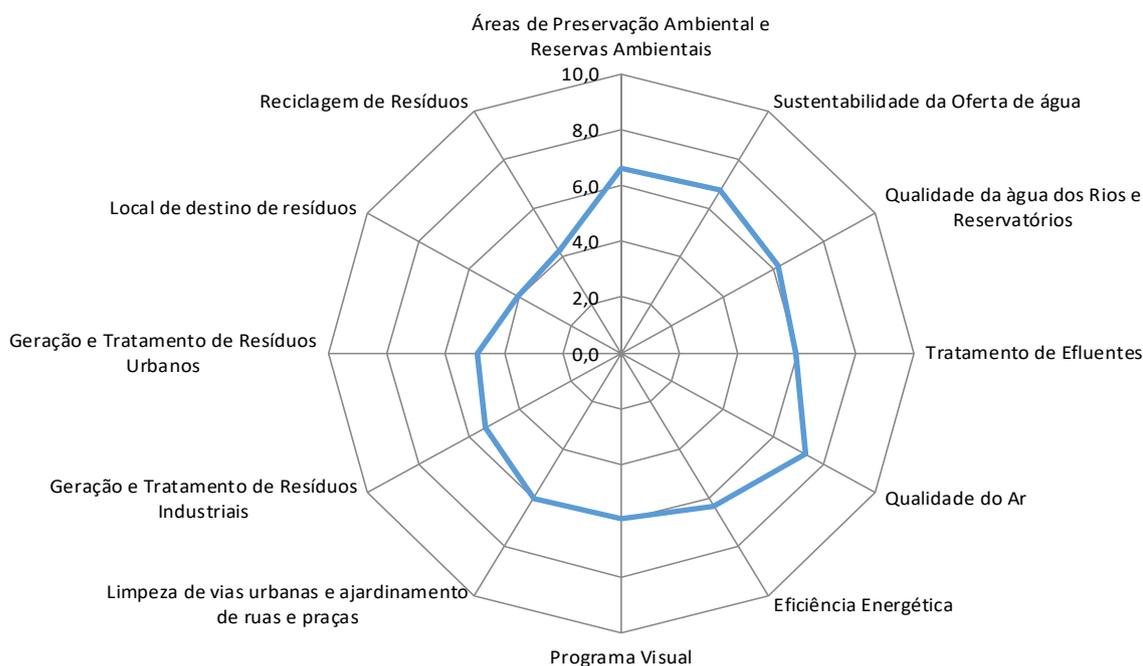
Pode-se observar que os indicadores de Sistemas de Ciência e Tecnologia estão abaixo do esperado, apresentando média de 5,4 pontos, considerado muito baixo para municípios do porte de Ponta Grossa. Os melhores resultados foram verificados em Oferta de Mestrado e Doutorado e Oferta e qualidade dos Laboratórios (6,0 cada). Quanto aos itens que apresentaram os piores resultados estão Incubadoras e Parques Tecnológicos (4,0 pontos) e Patentes e Registros e Propriedade Intelectual (4,7 pontos). A observância do Sistema de Ciência e Tecnologia é capaz de indicar se o município possui condições endógenas de reprodução e autossustentação do processo de avanço tecnológico e produtivo. Isso significa capacidade de produzir localmente mão de obra qualificada para suas indústrias, realizar pesquisa e desenvolvimento, treinar funcionários e contratar profissionais com formação mais avançada, como pós-graduação, mestrados e doutorados. Para tal, faz-se necessária a presença de instituições de ensino e pesquisa, assim como atividade privadas ou públicas de incentivo à pesquisa. O parque produtivo então passa a ser beneficiado pelo sistema de ciência e tecnologia, podendo incorporar avanços de técnica e produtividade, agregando mais valor à produção e elevando o potencial de atração de investimento em áreas intensivas em tecnologia.

5.10 MEIO AMBIENTE

Os efeitos climáticos nunca estiveram tão presentes nas discussões globais como nos dias atuais. As preocupações com o aquecimento global gerado pelas as emissões de CO2 estão no centro das atenções das grandes potências. O aquecimento do planeta traz uma série de consequências desastrosas que desorganizam o padrão climático global interferindo diretamente no nosso modelo de vida atual.

Assim, no quesito meio ambiente, quando avaliado sob uma ótica mais local e regional, as dimensões são ampliadas para medidas de qualidade de vida da população. Excelentes níveis de controle e medidas preventivas para correção de efeitos nocivos que, porventura, atividades produtivas possam gerar, são, evidentemente, elementos que determinam níveis de saúde pública e bem-estar geral da população.

GRÁFICO 27 – MEIO AMBIENTE



| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA – QUESTIONÁRIO DE ANÁLISE DE PERCEÇÃO

Em Ponta Grossa, pela indicação da percepção dos participantes da pesquisa, a média geral atribuída foi de 5,8 pontos. O item que mais se destacou na percepção dos entrevistados foi Qualidade do Ar, com 7,2 pontos. Em seguida estão a Sustentabilidade da Oferta de Água (6,7) e Áreas de Preservação

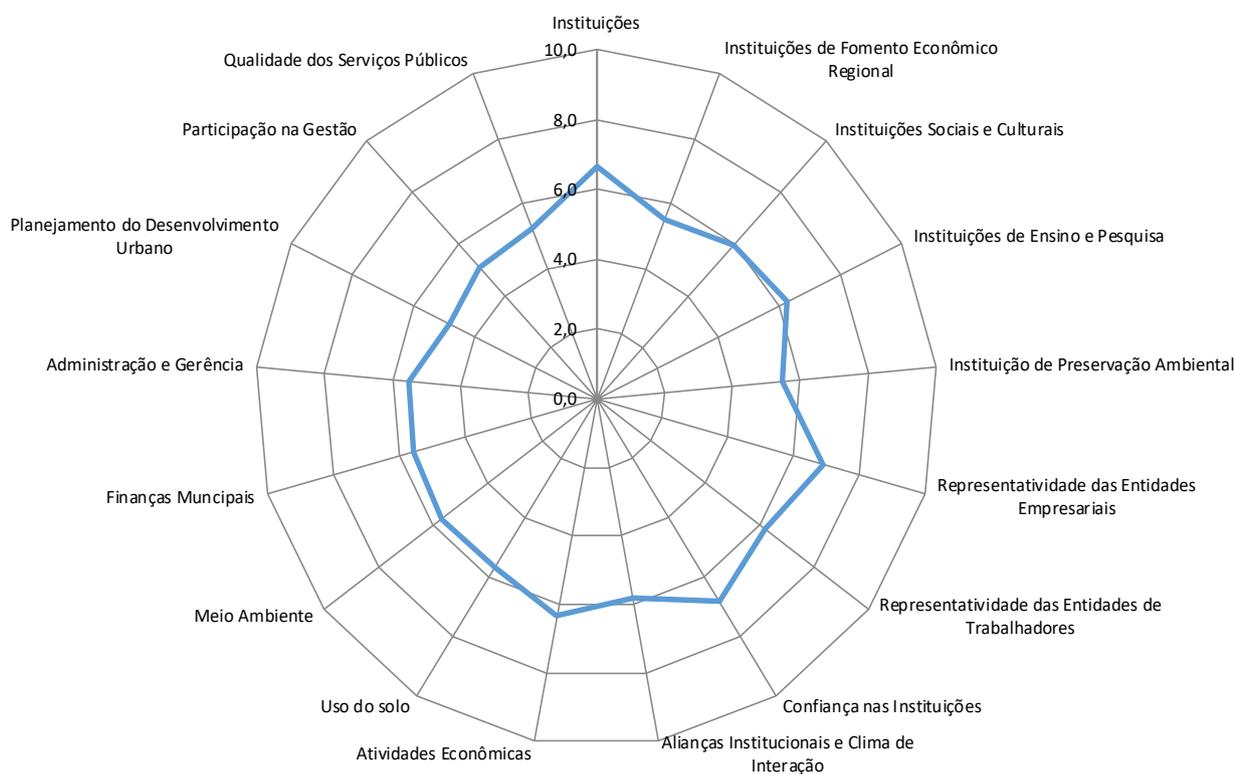
Ambiental e Reservas Ambientais (6,6). No outro extremo, os itens que foram avaliados de forma mais negativa foram Locais de destino de resíduos (4,1) e Reciclagem de Resíduos (4,2).

5.11 AMBIENTE INSTITUCIONAL

Assim como os sistemas de inovação e tecnologia são de fundamental importância para criação de ambientes favoráveis ao desenvolvimento de negócios com valor agregado, a organização do ambiente institucional completa as condições para que os negócios se desenvolvam com estabilidade e segurança.

A estabilidade na relação das empresas com as instituições, assim como a estabilidade das regras para funcionamento das empresas sem mudanças no arcabouço legal, uma gestão urbana eficiente voltada para a solução dos problemas da população e de empresas, completam uma estrutura virtuosa que proporciona maior atratividade de negócios ao local.

GRÁFICO 28 – AMBIENTE INSTITUCIONAL



| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA – QUESTIONÁRIO DE ANÁLISE DE PERCEPÇÃO

A média para o quesito Ambiente Institucional foi de 6,1. O item com maior pontuação, e destacado como mais positivo neste quesito foi Representatividade das Entidades Empresariais, com 6,9. Em seguida estão Confiança nas Instituições (6,8) e Instituições (6,7). Por outro lado, os pontos que apresentaram maior oportunidade de melhorias foram Planejamento do Desenvolvimento Urbano (4,8) e Participação na Gestão (5,1).

06

CAPÍTULO



Resultado do Seminário Ponta Grossa

Desenvolvimento Regional é um processo de mudança estrutural localizado, que tem como finalidade o progresso permanente da região, da comunidade regional como um todo e de cada indivíduo nela residente. O desenvolvimento traz consigo alguns objetivos implícitos, quais sejam:

- a) aperfeiçoamento do território, entendido não como mero continente e suporte físico de elementos naturais, mas como sistema físico e social de estrutura complexa (com diversidades de subsistemas, com articulações lineares e não lineares), dinâmico e delimitado;
- b) aperfeiçoamento da sociedade ou comunidade que habita o território que serve de referência de identidade e cultura;
- c) aperfeiçoamento de cada pessoa que pertence a essa comunidade e habita esse território.

Não há transformações estruturais sem que ocorra efetiva participação da comunidade local, a construção de ambientes consolidados de desenvolvimento passa, necessariamente, sobre a compreensão e o entendimento da comunidade para aquilo que ela considera bom para melhorar o seu nível de vida.

Considerando-se a proposta de desenvolvimento do município é uma construção conjunta com os atores locais, foi realizado um seminário composto de membros da sociedade civil para debater, discutir e apontar possíveis soluções para os problemas apontados no diagnóstico.

A metodologia utilizada para organização das propostas apontadas e recolhidas no evento foi a do Marco Lógico, também conhecido como Matriz Lógica ou Quadro Lógico. Esta é uma das mais difundidas metodologias utilizadas no planejamento, monitoramento e avaliação de programas e projetos. O marco lógico tem como seu principal produto a Matriz do Marco Lógico (MML) ou Matriz de Planejamento do Projeto (MPP). Descritivamente é uma matriz quatro por quatro, começando do nível básico (geralmente atividades ou insumos) no canto inferior esquerdo e subindo numa hierarquia logicamente organizada, do mais simples e parcial, para o mais complexo e global.

O primeiro passo na construção do Marco Lógico é a construção de uma Árvore de Problemas. A Árvore de Problemas é uma metodologia destinada a relacionar os problemas existentes em uma área de forma integrada, obtendo um esquema em que se definem os que são causas e os que são consequências. Analiticamente, o Marco Lógico consiste em uma estrutura de implicações lógicas de causa-efeito com relação a uma situação-problema, e de meios fins em relação à intervenção proposta para mudar a situação-problema. Consiste, portanto, em um conjunto de conceitos inter-relacionados que define as causas de uma intervenção (projeto), bem como o que deve ser feito (estratégia) para alcançar o resultado desejado.

6.1 ÁRVORE DE PROBLEMAS

Com base nos pressupostos metodológicos e resultados obtidos nos diagnósticos realizados, foi possível levantar informações estruturais relacionadas ao município na visão dos técnicos que participaram da análise de percepção.

Os itens apontados como gargalos pelo estudo foram tabulados como a matriz SWOT, resultando os pontos positivos que o município possui (Forças e Oportunidades) e os pontos fracos, possíveis de melhoria (Fraquezas e Ameaças).

O quadro constante na Tabela 19 ilustra a matriz SWOT de Ponta Grossa.

TABELA 19 - MATRIZ SWOT DE PONTA GROSSA

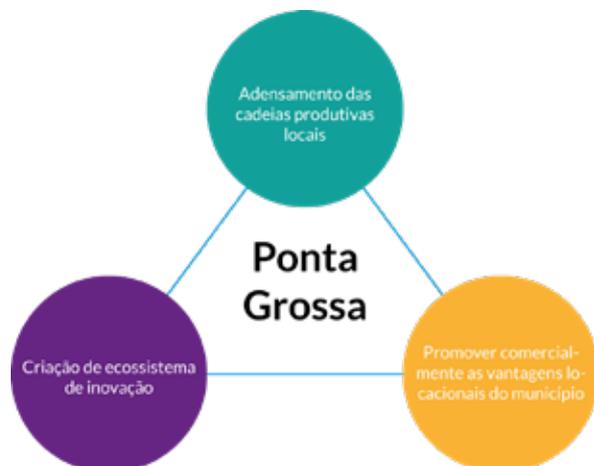
<ul style="list-style-type: none"> - Criação do Conselho de Desenvolvimento de Ponta Grossa - Catálogo virtual - Fortalecer qualificação técnica 	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento do ecossistema de inovação - Quebrar corporativismo da universidade pública - Instalação do IFPR - Cursos técnicos gratuitos - Feiras e eventos técnicos - Reestruturação EFAPI - Conquistar instituição de ensino técnico profissionalizante (ex.: IFET) - Centro de inovação - Desenvolver feiras e eventos de negócios - Criação de calendário de eventos no município - Levantamento dos espaços disponíveis com capacidade e estrutura - Convention bureau com gestão do calendário de eventos - Núcleo entre UEPG-UTFPR-SENAI para estudar aproximação empresa/universidade
<ul style="list-style-type: none"> - Implantação do porto seco - Organizar/delimitar zonas industriais - Crescimento/agilidade do porto seco 	<ul style="list-style-type: none"> - Desburocratização de processo para abertura de empresas - Integração Redesim com sistema de município - Desenvolvimento de capital intelectual - Geração de demanda - Melhorar qualificação, ajuda na distribuição de renda - Planejamento urbano sério, técnico e não político - Reforma tributária - Sindicatos - Melhorar ação da vigilância sanitária - Melhorar ação da Secretaria de Meio Ambiente e IAP

| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Foram formulados estes problemas com base nos estudos anteriores constantes neste trabalho. Com os problemas relacionados, seguindo a metodologia do marco lógico, foi possível construir a árvore de problemas.

Na Figura 9, abaixo, são apontados os pontos principais para a construção da árvore de problemas.

FIGURA 9 - ÁRVORE DE PROBLEMAS – MARCO LÓGICO



| FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO DIAGNÓSTICO TÉCNICO PMAI

Estes 3 pontos são os quesitos fundamentais para o desenvolvimento de ações de médio/longo prazo no município, tendo como ponto de partida a situação atual de crescimento econômico e produtivo de Ponta Grossa, de modo que os temas apontados na matriz SWOT estão diretamente relacionados a estas 3 questões.

Durante uma hora os grupos permaneceram reunidos debatendo as questões e formulando possíveis soluções. Os resultados das discussões foram assim resumidos:

6.2 MATRIZ DO MARCO LÓGICO

Para a construção da matriz do marco lógico foi realizado um workshop no município, que buscou reunir representantes da gestão executiva e de entidades da sociedade civil organizada local.

Após as equipes se reunirem e discutirem sobre os temas propostos foi possível extrair os principais objetivos a serem alcançados dentro de um projeto maior. Os assuntos levantados pelos participantes foram organizados em uma ordem lógica o que abriu a possibilidade de construção de uma Matriz do Marco Lógico.

Este modelo de matriz segue o conceito aplicado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento BID. Trata-se de uma matriz quatro por quatro que tem a vantagem de induzir à objetividade na elaboração e descrição de programas e projetos além do que, propicia uma rápida e sintética visualização dos programas e projetos permitindo uma rápida visualização dos principais fatores para acompanhamento e avaliação de programas e projetos.

Dentro da estrutura da Matriz do Marco Lógico encontram-se tópicos distribuídos entre linhas e colunas com o objetivo de mostrar a identidade principal do projeto, abaixo uma descrição e definição dos conceitos aplicados a matriz:

- i. Objetivo Superior
- ii. Objetivo do Projeto
- iii. Componentes
- iv. Atividades

Estes tópicos estão relacionados ao resumo descritivo dos objetivos do projeto e seus principais desdobramentos, sendo que:

- Indicadores: tem a função de medir o impacto geral que terá o projeto considerando os objetivos superiores, os objetivos do projeto, componentes e atividades, todos eles relacionados ao prazo, qualidade e horizonte temporal e também o orçamento;

- Meios de Verificação: são as fontes de informação que se pode usar para verificar se os objetivos foram atingidos. Assim também se aplica aos objetivos do projeto, componentes e atividades;

- Suposições: são os acontecimentos, condições ou decisões importantes e necessárias para a sustentabilidade dos benefícios gerados pelo projeto.

- i. **Objetivo Superior:** é uma definição de como o projeto ou programa contribuirá para a solução do problema;
- ii. **Objetivo do Projeto:** é o impacto direto a ser obtido como resultado da utilização dos componentes produzidos pelo projeto. É uma hipótese sobre o impacto ou benefício que se deseja obter;
- iii. **Componentes:** são obras, serviços e atividades de capacitação que o executor deve realizar de acordo com o contrato. Estes devem ser expressos em termos de trabalhos concluídos;
- iv. **Atividades:** as atividades são as tarefas que o executor deve cumprir para completar cada um dos componentes do projeto que implicam em custos. Deve ser elaborada uma lista de atividade em ordem cronológica para cada componente.

Nas colunas que se seguem são tratados os acompanhamentos de cada item, como mostra a Tabela 20 a seguir.

TABELA 20 – MATRIZ DE MARCO LÓGICO

Descrição: Resumo descritivo dos objetivos	Indicadores	Meios de Verificação	Suposições
OBJETIVO SUPERIOR: Promover o desenvolvimento econômico pela otimização dos recursos locais	Impactos gerais esperados: Melhoria e ampliação do campo de negócios do município, com o objetivo de atrair investimentos.	Crescimento de setores industriais e estabelecimento de novas empresas no local	Criação de leis e regulamentos específicos para manutenção das atividades no longo prazo
OBJETIVO DO PROJETO: Adensamento das cadeias produtivas locais; Criação de Ecossistema de inovação; Promover comercialmente as vantagens locais do município	Incentivar as indústrias para compra de serviços locais e realizar levantamento junto a empresários para definição de prioridade em melhoramento da infraestrutura local; Criação de programa municipal para desenvolvimento tecnológico; Eventos comerciais	Criação de projetos com acompanhamento de metas	Criação de Grupo de trabalho com técnicos da Prefeitura e Agência Paraná de Desenvolvimento
COMPONENTES: Criação de um grupo de trabalho para elaboração de três projetos pilotos para atingir os desafios estipulados dos objetivos anunciados	Criação do grupo de trabalho para formulação do projeto	Projetos com definição metodológica específica	Criação de Grupo de trabalho com técnicos da Prefeitura e APD
ATIVIDADES: Parceria entre técnicos da Prefeitura e da APD para elaboração dos projetos	Criação de grupo com definição de cronograma	Avaliação e acompanhamento das atividades do grupo	Definição do Portfólio de projetos

FONTE: Elaboração própria com utilização metodologia do marco lógico do BID

As questões propostas pelos grupos foram organizadas e dispostas em uma sequência que segue a metodologia. Para que as proposições fossem colocadas de maneira ordenada no quadro, foi necessário realizar a compilação das mesmas de forma que permitisse uma análise mais estruturada.

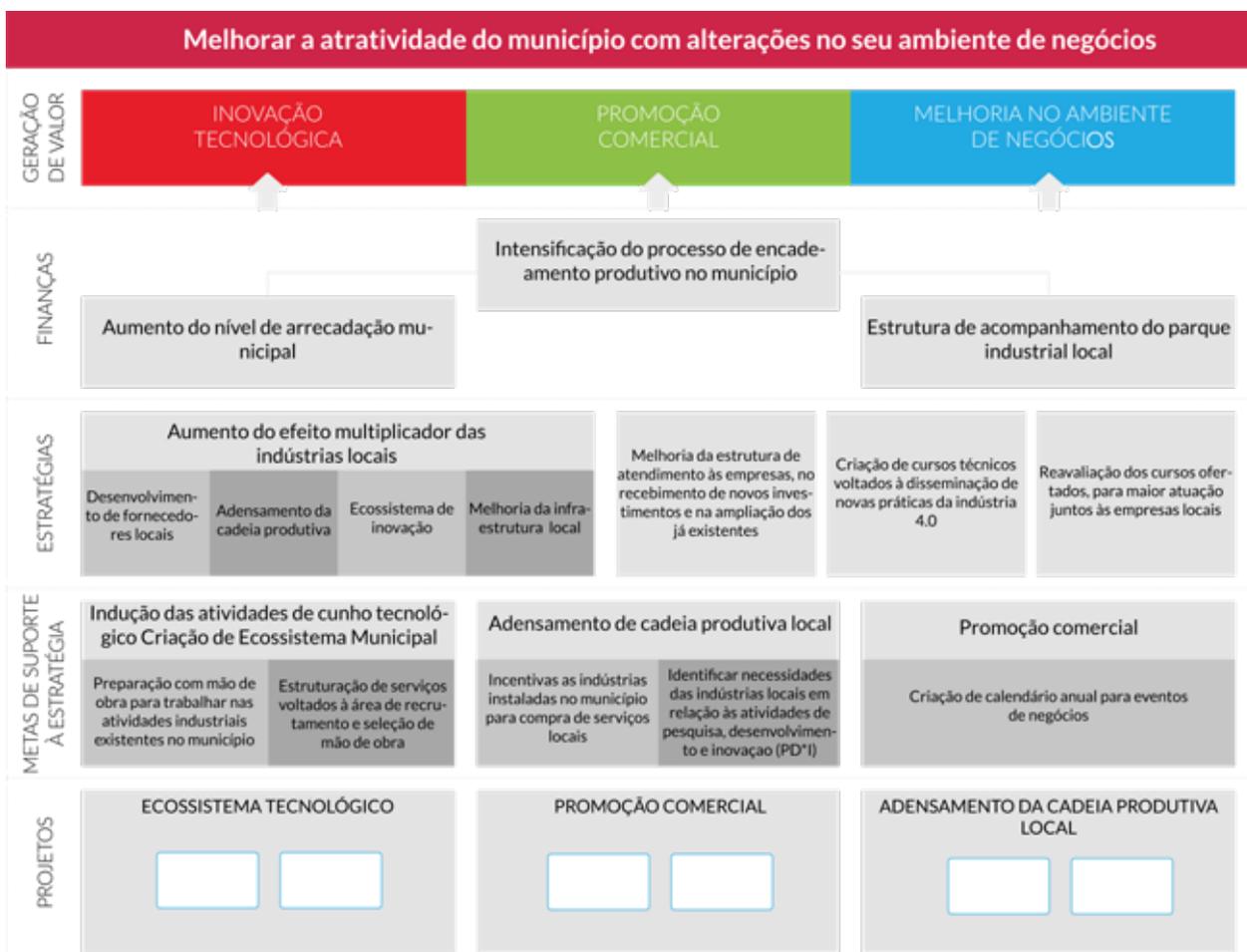
6.3 MAPA ESTRATÉGICO PMAI PONTA GROSSA

O mapa estratégico é um instrumento importante de representação gráfica para otimização da tomada de decisões. Após o desenvolvimento do problema central através de várias perspectivas, foi possível condensá-lo em um mapa que facilitará a tomada de decisões por parte da organização da sociedade civil e também do poder público com intuito de dar maior velocidade e eficiência às ações propostas.

Com o objetivo de explicitar a hipótese da estratégia e para que cada indicador possa se converter em parte integrante da cadeia lógica de causa e efeito que conecta resultados almejados da estratégia, o mapa estratégico descreve o processo de transformação de ativos intangíveis em resultados tangíveis para os clientes e, por conseguinte, em resultados financeiros. Essa ferramenta fornece um referencial para a descrição e gerenciamento da estratégia.

A Figura 10 traz o mapa estratégico de Ponta Grossa:

FIGURA 10 – MAPA ESTRATÉGICO DO PMAI PONTA GROSSA



| FONTE: Elaboração própria

07

CAPÍTULO



**Considerações
Finais**

O aspecto preponderante no processo de desenvolvimento econômico é o que gera a convergência dos interesses dos atores das comunidades em questão. Partindo da premissa de que o processo de desenvolvimento deve ser participativo, buscando a canalização de todos os interesses da comunidade em questão, pode-se concluir que este trabalho atingiu sua finalidade.

Durante os meses em que este trabalho foi desenvolvido, houve um grande esforço intelectual no sentido de apurar indicadores econômicos que, de fato, contribuíssem para sinalizar e identificar os principais vetores do desenvolvimento local. Estes indicadores são de fundamental importância no processo de direcionamento de ações para o desenvolvimento, contudo, o indicador numérico sozinho por si é desprovido de vida, por isso o elemento fundamental deste trabalho é a participação ativa da comunidade, no sentido de validar e participar das ações que materializem os anseios demonstrados por meio de gráficos e tabelas.

A segunda parte deste trabalho focou na interação dos resultados numéricos apurados com os resultados da percepção da comunidade local. Não há como realizar um trabalho de atração de investimentos robusto sem que a população tenha a real dimensão de suas potencialidades. A percepção é um indicador subjetivo e qualitativo, entretanto, dentro de seus resultados, é possível medir e avaliar o grau de conhecimento da população em relação aos seus gargalos, bem como suas fortalezas.

Toda estrutura deste projeto está voltada ao trabalho de conhecimento do sistema econômico e social de um município para melhor explorar suas vocações. Dificilmente um trabalho de atração de investimentos poderia prescindir de tal mecanismo, já que não há como buscar desenvolvimento de forma induzida sem considerar os elementos que compõem o cenário analisado.

Diante de todos estes aspectos, esse trabalho chega em sua fase mais importante, que é onde se con-

centra a maior parte de seu valor, ou seja, os projetos resultantes das diversas análises e pesquisas realizadas. A finalização deste trabalho é a sua própria continuidade, é preciso colocar em prática todas as possibilidades aventadas por meio dos números aqui expostos. Os projetos que naturalmente transcorrem dentro um instante temporal finito são os instrumentos mais importante para se pôr em prática todas as tendências mapeadas por este estudo.

O objetivo, agora, é colocar em ação todos os dados levantados em forma de indicadores e de ações que possam ser acompanhados por meio de metas muito bem definidas e de escopo muito bem formulado. Além disso, responsáveis serão designados para que as etapas se desenvolvam com rapidez, eficiência e consistência às ideias aventadas. Esta é a forma mais eficiente de trabalhar situações complexas que envolvem o desenvolvimento local.

No caso específico do município de Ponta Grossa, um dos principais desafios está no adensamento das cadeias produtivas locais. Isso poderia ser atingido com um incentivo às indústrias para compras locais, além da implementação de novas plantas que forneçam insumos para as já estabelecidas. A localização de Ponta Grossa é bastante privilegiada, próxima a um grande centro consumidor, Curitiba, e ao porto de Paranaguá, o que é uma característica que deve ser mais promovida comercialmente. Um outro ponto que pode ser trabalhado é o fomento e direcionamento para atividades industriais mais tecnológicas, incluindo cursos técnicos para atender esses setores.

Assim, a proposta do PMAI se cumpre, na medida em que se promoveu uma reflexão sobre as atuais vantagens do município de Ponta Grossa e cria uma trajetória para o planejamento de um futuro que já se pode projetar.



**Referências
Bibliográficas**

BRASIL. MINISTÉRIO do Trabalho e Emprego – MTE. Relação Anual de Informações Sociais ação Anual de Informações Sociais – RAIS. Brasília: disponível em . Acessado em 23 de Abril de 2018.

CARDOSO, F. H.; FALETO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

IBGE. Censo Demográfico - 1991. Rio de Janeiro: IBGE. Acessado em 23 de Abril de 2018, de www.ibge.gov.br

_____. Censo Demográfico - 2000. Rio de Janeiro: IBGE. Acessado em 23 de Abril de 2018, de www.ibge.gov.br

_____. Censo Demográfico - 2010. Rio de Janeiro: IBGE. Acessado em 23 de Abril de 2018, de www.ibge.gov.br

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD. Rio de Janeiro, 2016.

LOPES, A. Simões. Desenvolvimento Regional, problemática, teoria e modelos. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 1987.

MYRDAL, Gunnar. Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas. 2 eds. Rio de Janeiro: Saga, 1968

NORTH, Douglas. Teoria da Localização e Crescimento econômico Regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques. Economia Regional. Textos escolhidos. Belo Horizonte: 1983

PAIVA, A. N. CARLOS. Fundamentos da Análises do Planejamento de Economias Regionais: Fundação Parque Tecnológico Itaipu. Foz do Iguaçu, 2013.

PERROUX, François. O Conceito de polo de Crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques. Economia Regional. Textos escolhidos. Belo Horizonte: 1983

PRADO, Eleutério F.S. Estrutura tecnológica e desenvolvimento regional. São Paulo: IPE USP, 1981.

SOUZA, Nali de J. Conceito e aplicação da teoria da base econômica. Perspectiva Econômica. São Leopoldo: Unisinos, v. 10, nº 25, ma. 1980.

SUZIGAN, Wilson. Industrialização brasileira, origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.

